

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	21
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.226.546.622
Preferenciais	0
Total	3.226.546.622
Em Tesouraria	
Ordinárias	30.940.270
Preferenciais	0
Total	30.940.270

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	127.269.565	124.855.996
1.01	Ativo Circulante	26.755.932	23.385.913
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.595.713	6.538.941
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	54.156	78.523
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	8.541.557	6.460.418
1.01.03	Contas a Receber	9.755.215	10.082.818
1.01.04	Estoques	1.681.227	1.404.872
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.908.091	2.906.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.908.091	2.906.835
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	336.663	335.171
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.571.428	2.571.664
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.097.025	1.891.448
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	718.661	560.999
1.01.08.03	Outros	718.661	560.999
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	106.092	100.293
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	92.848	7.605
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	117.347	106.279
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	74.447	85.324
1.01.08.03.06	Outros Ativos	318.948	252.737
1.01.08.03.07	Bens Destinados a Venda	8.979	8.761
1.02	Ativo Não Circulante	100.513.633	101.470.083
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.783.039	6.451.321
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	67.379	40.934
1.02.01.04	Contas a Receber	349.040	241.571
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.562.506	2.414.356
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	55.814	58.952
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.748.300	3.695.508
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	632.405	614.267
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.664.622	2.647.422
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.304	6.147
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	85.199	97.511
1.02.01.10.07	Outros Ativos	326.770	330.161
1.02.02	Investimentos	2.644.196	2.631.934
1.02.02.01	Participações Societárias	2.644.196	2.631.934
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.850.939	1.821.249
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	167.417	179.516
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	625.840	631.169
1.02.03	Imobilizado	44.629.499	45.591.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.903.209	30.652.510
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.532.272	12.961.852
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.194.018	1.977.415
1.02.04	Intangível	46.456.899	46.795.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	127.269.565	124.855.996
2.01	Passivo Circulante	24.894.749	24.082.749
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	945.338	1.171.475
2.01.01.01	Obrigações Sociais	628.923	568.166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	316.415	603.309
2.01.02	Fornecedores	9.913.335	9.479.701
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.749.491	1.562.667
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	650.568	510.779
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	214.331	94.989
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	436.237	415.790
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.038.224	992.477
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	60.699	59.411
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.069.026	5.239.087
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	209.159	227.226
2.01.04.02	Debêntures	66.206	150.438
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.793.661	4.861.423
2.01.05	Outras Obrigações	5.585.747	5.047.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	139.641	145.706
2.01.05.02	Outros	5.446.106	4.901.548
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.217.986	2.774.544
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	70.990	52.533
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	739.317	711.283
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.325	27.325
2.01.05.02.07	Reembolso aos Acionistas - Redução de Capital	91.093	91.093
2.01.05.02.08	Grupamento e Desdobramento de Ações	824.443	824.723
2.01.05.02.09	Outros Passivos	474.952	420.047
2.01.06	Provisões	1.631.812	1.582.565
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.595.134	1.540.615
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	81.198	79.768
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	650.223	659.582
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	803.442	745.614
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	60.271	55.651
2.01.06.02	Outras Provisões	36.678	41.950
2.01.06.02.06	Provisão para Multas de Cancelamento de Contratos de Arrendamento	36.678	41.950
2.02	Passivo Não Circulante	32.874.854	32.051.504
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.377.937	13.705.531
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.214.034	1.212.043
2.02.01.02	Debêntures	2.000.000	2.000.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	10.163.903	10.493.488
2.02.02	Outras Obrigações	9.654.273	8.593.561
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	818	830
2.02.02.02	Outros	9.653.455	8.592.731
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	59.889	35.428
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	7.530.788	6.510.998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	45.555	79.953
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	765.347	749.758
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	230.556	227.612
2.02.02.02.08	Outros Passivos	1.021.320	988.982
2.02.03	Tributos Diferidos	4.184.801	4.180.926
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.184.801	4.180.926
2.02.04	Provisões	5.519.837	5.445.770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.922.634	3.893.710
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.882.474	1.889.227
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	311.056	302.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	715.691	683.712
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.013.413	1.018.311
2.02.04.02	Outras Provisões	1.597.203	1.552.060
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	412.723	409.928
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	1.184.480	1.142.132
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	138.006	125.716
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	138.006	125.716
2.03	Patrimônio Líquido	69.499.962	68.721.743
2.03.01	Capital Social Realizado	60.071.416	60.071.416
2.03.02	Reservas de Capital	-110.078	-110.078
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-164	-164
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	-172.988	-172.988
2.03.04	Reservas de Lucros	8.742.734	8.735.352
2.03.04.01	Reserva Legal	4.426.814	4.426.814
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	441.874	434.492
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.017.587	-1.017.587
2.03.04.10	Reserva para Remuneração aos Acionistas e Investimentos	4.891.633	4.891.633
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	728.701	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	67.189	25.053

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.701.939	13.759.926
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.952.444	-7.569.186
3.03	Resultado Bruto	6.749.495	6.190.740
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.475.211	-4.221.811
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.545.473	-3.313.875
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-939.837	-817.669
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	151.072	128.691
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-169.278	-246.585
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.305	27.627
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.274.284	1.968.929
3.06	Resultado Financeiro	-677.657	-563.503
3.06.01	Receitas Financeiras	423.049	503.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.100.706	-1.066.941
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.596.627	1.405.426
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-335.544	-347.214
3.08.01	Corrente	-359.048	-264.784
3.08.02	Diferido	23.504	-82.430
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.261.083	1.058.212
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.261.083	1.058.212
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,39	0,33
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,39	0,33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	1.261.083	1.058.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	42.136	-5.290
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	80.527	-323
4.02.02	Tributos	-27.379	110
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-11.012	-5.073
4.02.04	Perdas não Realizadas em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	0	-6
4.02.05	Tributos	0	2
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.303.219	1.052.922

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.252.566	5.043.557
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.735.717	6.388.732
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.596.627	1.405.426
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.800.858	3.706.056
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos	40.917	33.101
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	111.636	128.136
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-28.305	-27.627
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-139.215	-28.145
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	399.805	342.360
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	218.670	85.318
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	10.464	18.540
6.01.01.12	Provisões para Demandas Judiciais	168.688	182.304
6.01.01.13	Disp. de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores)	553.824	566.454
6.01.01.14	Outros	7.892	65.862
6.01.01.15	Reversão das Provisões de Multas por Cancelamento de Contratos de Arrendamento e Desmantelamento	-6.144	1.610
6.01.01.16	Reversão das Provisões de Valores a Restituir a Clientes	0	-90.663
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.483.151	-1.345.175
6.01.02.01	Contas a Receber	-193.896	-447.456
6.01.02.02	Estoques	-280.212	-108.480
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-32.676	-122.521
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-710.718	-739.724
6.01.02.05	Outros Ativos	-45.298	-42.155
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-260.536	-283.061
6.01.02.07	Fornecedores	595.330	721.326
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	362.756	622.073
6.01.02.09	Prov. p/ Demandas Judiciais, Valores a Restituir a Clientes e Prov. p/ Multas Canc.	-197.060	-202.230
6.01.02.10	Outros Passivos	121.490	31.091
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-619.184	-620.220
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-223.147	-153.818
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.202.610	-2.360.797
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-2.368.835	-2.417.121
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	172.327	52.301
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	15.313	22.408
6.02.04	Pagamento por Aquisição de Investimento, Líquidos do Caixa Adquirido e Aportes de capital em Invest.	5.031	-26.851
6.02.09	Resgates (Aplicações) Líquidos de Aplicações Financeiras	-26.446	8.466
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-993.184	-1.224.117
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-956.649	-865.158
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	6.447	12.487
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-42.318	-44.830

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-384	-137
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	0	-326.479
6.03.10	Pagamentos pelas Operações de Grupamento e Desdobramento de Ações	-280	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.056.772	1.458.643
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.538.941	6.266.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.595.713	7.725.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-525.000	0	-525.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-525.000	0	-525.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.261.083	42.136	1.303.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.261.083	0	1.261.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	42.136	42.136
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.382	-7.382	0	0
5.06.04	Transferência de incentivos fiscais	0	0	7.382	-7.382	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	-110.078	8.742.734	728.701	67.189	69.499.962

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-2.000.000	0	-326.479	-380.000	0	-2.706.479
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-380.000	0	-380.000
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias da Companhia	0	0	-326.479	0	0	-326.479
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 17/02/25	-2.000.000	0	0	0	0	-2.000.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.058.212	-5.290	1.052.922
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.058.212	0	1.058.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.290	-5.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.582	-8.582	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	8.582	-8.582	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	63.095	7.205.319	669.630	66.565	68.076.025

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	17.579.281	16.516.152
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.598.580	16.500.550
7.01.02	Outras Receitas	165.124	145.489
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	215.382	212.473
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-399.805	-342.360
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.253.679	-6.127.811
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.111.358	-4.122.122
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.218.180	-2.014.952
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	75.859	9.263
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.325.602	10.388.341
7.04	Retenções	-3.800.858	-3.706.056
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.800.858	-3.706.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.524.744	6.682.285
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	451.354	531.065
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.305	27.627
7.06.02	Receitas Financeiras	423.049	503.438
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.976.098	7.213.350
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.976.098	7.213.350
7.08.01	Pessoal	1.588.345	1.568.007
7.08.01.01	Remuneração Direta	933.042	1.045.526
7.08.01.02	Benefícios	560.017	450.122
7.08.01.03	F.G.T.S.	95.286	72.359
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.643.110	3.244.539
7.08.02.01	Federais	1.570.730	1.439.803
7.08.02.02	Estaduais	1.999.869	1.731.837
7.08.02.03	Municipais	72.511	72.899
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.483.559	1.342.592
7.08.03.01	Juros	1.072.650	1.049.147
7.08.03.02	Aluguéis	410.909	293.445
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.261.084	1.058.212
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	525.000	380.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	736.084	678.212

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	130.484.952	128.071.708
1.01	Ativo Circulante	28.632.662	25.220.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.063.090	7.032.339
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	62.869	86.569
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	9.000.221	6.945.770
1.01.02	Aplicações Financeiras	88.748	99.102
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	88.748	99.102
1.01.03	Contas a Receber	10.302.438	10.619.617
1.01.04	Estoques	1.756.371	1.475.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.070.338	3.043.886
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.070.338	3.043.886
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	355.369	356.286
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.714.969	2.687.600
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.636.621	2.414.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	715.056	534.571
1.01.08.03	Outros	715.056	534.571
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	30.241	26.317
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	93.137	7.706
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	120.097	107.565
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	74.447	85.323
1.01.08.03.06	Outros Ativos	388.155	298.899
1.01.08.03.07	Bens Destinados a Venda	8.979	8.761
1.02	Ativo Não Circulante	101.852.290	102.851.415
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.438.164	7.105.040
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	67.801	41.308
1.02.01.04	Contas a Receber	391.100	283.502
1.02.01.07	Tributos Diferidos	310.017	314.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	310.017	314.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.642.765	2.495.725
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	157	154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.026.324	3.970.067
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	635.622	618.918
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.875.836	2.856.753
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.227	8.622
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	85.271	97.583
1.02.01.10.07	Outros Ativos	389.368	388.191
1.02.02	Investimentos	413.299	420.877
1.02.02.01	Participações Societárias	413.299	420.877
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	167.417	179.516
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	245.882	241.361
1.02.03	Imobilizado	46.380.348	47.357.040
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.393.118	32.142.382
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.675.080	13.116.047
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.312.150	2.098.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04	Intangível	47.620.479	47.968.458

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	130.484.952	128.071.708
2.01	Passivo Circulante	26.054.800	25.246.147
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.103.539	1.346.202
2.01.01.01	Obrigações Sociais	713.748	645.291
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	389.791	700.911
2.01.02	Fornecedores	10.232.441	9.861.294
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.819.464	1.647.036
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	692.730	568.788
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	227.904	130.866
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	464.826	437.922
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.055.822	1.007.801
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	70.912	70.447
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.192.605	5.348.864
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	283.605	304.235
2.01.04.02	Debêntures	94.035	161.453
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.814.965	4.883.176
2.01.05	Outras Obrigações	6.049.825	5.435.295
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	131.482	138.026
2.01.05.02	Outros	5.918.343	5.297.269
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.217.986	2.774.544
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	72.190	53.044
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	1.182.081	1.076.293
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.325	27.325
2.01.05.02.07	Reembolso aos Acionistas - Redução de Capital	91.093	91.093
2.01.05.02.08	Grupamento e Desdobramento de Ações	824.443	824.723
2.01.05.02.09	Outros Passivos	503.225	450.247
2.01.06	Provisões	1.656.926	1.607.456
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.610.981	1.556.744
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	90.982	89.274
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	652.782	662.626
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	806.946	749.193
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	60.271	55.651
2.01.06.02	Outras Provisões	45.945	50.712
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	596	596
2.01.06.02.05	Passivo Contingente	8.671	8.166
2.01.06.02.06	Provisão para Multas de Cancelamento de Contratos de Arrendamento	36.678	41.950
2.02	Passivo Não Circulante	34.653.655	33.822.835
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.677.804	14.997.817
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.539.032	1.542.627
2.02.01.02	Debêntures	2.921.459	2.905.512
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	10.217.313	10.549.678
2.02.02	Outras Obrigações	9.813.527	8.748.558
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	587	602
2.02.02.02	Outros	9.812.940	8.747.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	70.707	43.859
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	7.602.323	6.581.236
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	78.629	113.173
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	775.083	759.221
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	264.828	261.439
2.02.02.02.08	Outros Passivos	1.021.370	989.028
2.02.03	Tributos Diferidos	4.226.399	4.226.185
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.226.399	4.226.185
2.02.04	Provisões	5.699.091	5.623.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.065.785	4.035.506
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.010.653	2.015.797
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	324.626	315.926
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	717.093	685.472
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.013.413	1.018.311
2.02.04.02	Outras Provisões	1.633.306	1.588.397
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	412.723	409.928
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	1.220.583	1.178.469
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	236.834	226.372
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	236.834	226.372
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	69.776.497	69.002.726
2.03.01	Capital Social Realizado	60.071.416	60.071.416
2.03.02	Reservas de Capital	-110.078	-110.078
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-164	-164
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	-172.988	-172.988
2.03.04	Reservas de Lucros	8.742.734	8.735.352
2.03.04.01	Reserva Legal	4.426.814	4.426.814
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	441.874	434.492
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.017.587	-1.017.587
2.03.04.10	Reserva para Remuneração aos Acionistas e Investimentos	4.891.633	4.891.633
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	728.701	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	67.189	25.053
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	276.535	280.983

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.457.015	14.390.273
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.514.512	-8.035.882
3.03	Resultado Bruto	6.942.503	6.354.391
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.618.938	-4.369.423
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.591.175	-3.378.670
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.006.769	-871.370
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	152.033	129.155
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-171.081	-244.834
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.946	-3.704
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.323.565	1.984.968
3.06	Resultado Financeiro	-720.475	-569.198
3.06.01	Receitas Financeiras	478.475	524.149
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.198.950	-1.093.347
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.603.090	1.415.770
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-346.539	-359.500
3.08.01	Corrente	-369.437	-274.036
3.08.02	Diferido	22.898	-85.464
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.256.551	1.056.270
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.256.551	1.056.270
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.261.083	1.058.212
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.532	-1.942

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.256.551	1.056.270
4.02	Outros Resultados Abrangentes	42.136	-5.290
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	80.527	-323
4.02.02	Tributos	-27.379	110
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-11.012	-5.073
4.02.04	Ganhos (Perdas) não Realizadas em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	0	-6
4.02.05	Tributos	0	2
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.298.687	1.050.980
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.303.219	1.052.922
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.532	-1.942

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.297.382	5.090.843
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.973.685	6.477.415
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.603.090	1.415.770
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.883.815	3.714.976
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos, Financiamentos e Instrumentos Derivativos	57.566	40.265
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	110.158	128.173
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.946	3.704
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-139.126	-28.003
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	434.614	384.057
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	240.988	70.950
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	10.738	18.779
6.01.01.12	Provisões para Demandas Judiciais	168.903	182.220
6.01.01.13	Despesa de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores)	601.038	576.549
6.01.01.14	Outros	6.099	60.382
6.01.01.15	Reversão das provisões de multas por cancelamento de contratos de arrendamento e desmantelamento	-6.144	256
6.01.01.16	Reversão das provisões de valores a restituir a clientes	0	-90.663
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.676.303	-1.386.572
6.01.02.01	Contas a Receber	-239.259	-508.815
6.01.02.02	Estoques	-284.175	-117.107
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-60.876	-112.650
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-725.871	-848.681
6.01.02.05	Outros Ativos	-75.945	-48.234
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-277.208	-288.578
6.01.02.07	Fornecedores	497.960	762.628
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	375.334	590.878
6.01.02.09	Prov. p/ Demandas Judiciais, Valores a Restituir a Clientes e Prov. p/ Multas Canc.	-197.731	-203.374
6.01.02.10	Outros Passivos	193.036	179.504
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-627.237	-625.210
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-254.331	-166.933
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.243.197	-2.383.618
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-2.412.750	-2.421.314
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	172.327	52.942
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	15.240	22.858
6.02.04	Pagamentos por Aquisição de Investimentos, Líquidos do Caixa Adquirido e Aportes de Capital em Inves	-5.008	-47.244
6.02.07	Caixa e Equivalentes de Caixa por Aquisições ou Incorporações de Sociedades	0	685
6.02.09	Resgates (aplicações) líquidos de aplicações financeiras	-13.006	8.455
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.023.434	-1.213.209
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores	-971.279	-869.692

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	7.094	13.942
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-58.669	-51.173
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-384	-137
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	0	-326.479
6.03.06	Recebimento de Recursos para Aumento de Capital em Controladas por Outros Acionistas	84	330
6.03.08	Ingressos de Financiamentos	0	20.000
6.03.11	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-280	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.030.751	1.494.016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.032.339	6.691.098
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.063.090	8.185.114

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743	280.983	69.002.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.071.416	-110.078	8.735.352	0	25.053	68.721.743	280.983	69.002.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-525.000	0	-525.000	84	-524.916
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-525.000	0	-525.000	0	-525.000
5.04.08	Efeitos de acionistas não controladores em investimentos na Vivo Ventures	0	0	0	0	0	0	84	84
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.261.083	42.136	1.303.219	-4.532	1.298.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.261.083	0	1.261.083	-4.532	1.256.551
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	42.136	42.136	0	42.136
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.382	-7.382	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de incentivos fiscais	0	0	7.382	-7.382	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	-110.078	8.742.734	728.701	67.189	69.499.962	276.535	69.776.497

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582	69.913	69.799.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.071.416	63.095	7.523.216	0	71.855	69.729.582	69.913	69.799.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-2.000.000	0	-326.479	-380.000	0	-2.706.479	330	-2.706.149
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-380.000	0	-380.000	0	-380.000
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias da Companhia	0	0	-326.479	0	0	-326.479	0	-326.479
5.04.11	Redução de Capital Social - AGE 17/02/25	-2.000.000	0	0	0	0	-2.000.000	0	-2.000.000
5.04.13	Efeitos de Acionistas não Controladores em Investimentos na Vivo Ventures	0	0	0	0	0	0	330	330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.058.212	-5.290	1.052.922	-1.942	1.050.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.058.212	0	1.058.212	-1.942	1.056.270
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.290	-5.290	0	-5.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.582	-8.582	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	8.582	-8.582	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	60.071.416	63.095	7.205.319	669.630	66.565	68.076.025	68.301	68.144.326

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	18.453.339	17.183.666
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.497.556	17.211.775
7.01.02	Outras Receitas	166.660	143.475
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	223.737	212.473
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-434.614	-384.057
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.826.490	-6.581.468
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.688.256	-4.574.642
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.214.434	-2.022.917
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	76.200	16.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.626.849	10.602.198
7.04	Retenções	-3.883.815	-3.714.976
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.883.815	-3.714.976
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.743.034	6.887.222
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	476.529	520.445
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.946	-3.704
7.06.02	Receitas Financeiras	478.475	524.149
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.219.563	7.407.667
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.219.563	7.407.667
7.08.01	Pessoal	1.732.842	1.675.882
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.029.976	1.117.716
7.08.01.02	Benefícios	599.309	479.198
7.08.01.03	F.G.T.S.	103.557	78.968
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.761.153	3.308.690
7.08.02.01	Federais	1.648.910	1.488.876
7.08.02.02	Estaduais	2.019.041	1.733.233
7.08.02.03	Municipais	93.202	86.581
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.469.016	1.366.825
7.08.03.01	Juros	1.167.333	1.073.587
7.08.03.02	Aluguéis	301.683	293.238
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.256.552	1.056.270
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	525.000	380.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	736.084	678.212
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-4.532	-1.942

Comentário do Desempenho

1) NEGÓCIO MÓVEL

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	1T26	1T25	Δ% a/a
Receita de Serviço Móvel	9.881	9.272	6,6
Pós-pago ¹	8.558	7.935	7,8
Pré-pago	1.323	1.337	(1,0)
Receita de Aparelhos e Eletrônicos	1.152	909	26,6

(1) Inclui M2M, *dongles*, atacado e outros.

A Receita de Serviço Móvel (“RSM”) cresceu +6,6% a/a, impulsionada pela Receita de Pós-Pago (+7,8% a/a), que representa **86,6%** (+1,0 p.p. a/a) **da RSM**. A nossa estratégia continua sendo bem-sucedida dado que **continuamos aumentando nossa base de clientes do pós-pago (+6,9% a/a), encerrando o trimestre com 72,1 milhões de acessos**. Esse movimento foi direcionado pelas relevantes migrações de pré-pago para controle, do controle para pós-puro e pela aquisição de novos clientes. Adicionalmente, o ARPU pós-pago (excluindo M2M e *Dongles*) aumentou +0,8% a/a para R\$52,6, refletindo melhor mix de clientes e dinâmica da receita de serviços.

Receita do pré-pago continua apresentando melhorias na comparação anual; no 1T26, apresentou uma leve redução de -1,0% a/a, refletindo a migração contínua de clientes para os planos controle. Esta foi a quarta melhoria consecutiva na variação anual desde o 1T25, quando houve redução de -11,4% a/a. Isto foi impulsionado pelas iniciativas de monetização, como a maior frequência de recargas, resultando em um aumento de +10,0% a/a no ARPU.

A Companhia atingiu o **maior crescimento anual na Receita de Aparelhos & Eletrônicos (+26,6% a/a) desde o 2T21**. Esse aumento foi impulsionado por um portfólio mais competitivo e uma nova estratégia comercial que ampliou a disponibilidade de dispositivos, acessórios e eletrônicos em geral nas lojas. No 1T26, a venda de celulares compatíveis com 5G representou 97,2% das unidades vendidas (+7,8 p.p. a/a).

2) NEGÓCIO FIXO

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	1T26	1T25	Δ% a/a
RECEITA LÍQUIDA FIXA	4.425	4.209	5,1
FTTH	2.076	1.899	9,3
Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais	1.423	1.312	8,5
Receitas Digitais	1.013	883	14,8
Outras Receitas Fixas¹	926	999	(7,3)

(1) Inclui Voz, xDSL, FTTC e IPTV.

A Receita Líquida Fixa aumentou +5,1% a/a, impulsionada por FTTH (+9,3% a/a) e de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais (+8,5% a/a).

Alcançamos 31,5 milhões de casas passadas com fibra (+6,2% a/a), expandindo a cobertura para mais 9 novas cidades na comparação anual, encerrando o período com 453 cidades e um aumento de +1,8 milhão de domicílios a/a. No 1T26, nossa base de casas conectadas totalizou 8,0 milhões de acessos (+11,5% a/a), elevando a taxa de penetração em +1,2 p.p. a/a, que encerrou o trimestre em 25,4%. Apesar da forte atividade comercial, **o ARPU FTTH cresceu +0,8% t/t, para R\$87,7** e o *churn* FTTH permaneceu estável em 1,5% a/a.

Comentário do Desempenho

Nossa base convergente de clientes FTTH totalizou 5,1 milhões de acessos, dos quais **3,6 milhões por meio do Vivo Total (produto que combina fibra e móvel em uma única oferta) (+32,6% a/a)**. Essa oferta representou 83,2% das adições de FTTH nas lojas físicas próprias no 1T26, reforçando a importância da convergência como alavanca de crescimento. **O Vivo Total representa 44,7% de todos os acessos FTTH (+7,1 p.p. a/a)**, indicando um potencial significativo para expansão futura dentro da base de clientes atual da Companhia.

A receita de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais registrou crescimento de +8,5% na comparação anual, totalizando R\$ 1.423 milhões no 1T26, dos quais **R\$1.013 milhões são provenientes de receitas fixas de B2B Digitais (+14,8% a/a)**.

3) CUSTOS

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	1T26	1T25	Δ% a/a
CUSTOS TOTAIS	(9.248)	(8.687)	6,5
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS	(2.987)	(2.660)	12,3
Serviços	(1.708)	(1.595)	7,1
Produtos Vendidos	(1.279)	(1.066)	20,0
CUSTOS DA OPERAÇÃO	(6.261)	(6.026)	3,9
Pessoal	(1.668)	(1.548)	7,7
Comerciais e Infraestrutura	(3.785)	(3.648)	3,8
Provisão para Devedores Duvidosos	(435)	(384)	13,2
Gerais e Administrativas	(354)	(331)	6,9
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19)	(116)	(83,5)

a) Custos dos Serviços e Produtos Vendidos

Os Custos dos Serviços e Produtos Vendidos cresceram +12,3% a/a, impulsionado pelo crescimento da receita de serviços digitais e pelo maior volume de vendas de aparelhos e eletrônicos.

- **Serviços (+7,1% a/a | 11,0% da RL (+0,0 p.p. a/a))**: Aumento de +7,1% a/a, refletindo principalmente o crescimento das receitas de serviços B2B digital e entretenimento.
- **Produtos Vendidos (+20,0% a/a | 8,3% da RL (+0,9 p.p. a/a))**: Impulsionado por um portfólio mais competitivo, iniciativas direcionadas e maior disponibilidade nas lojas, baseada em uma nova estratégia comercial no 1T26.

b) Custos da Operação

As despesas operacionais subiram +3,9% a/a, refletindo a maior atividade comercial. O aumento foi parcialmente compensado por ganhos de capital com a venda de ativos associados à antiga concessão de voz fixa.

- **Pessoal +7,7% a/a | 10,8% da RL (+0,0 p.p. a/a)**: A evolução reflete os reajustes salariais e de benefícios anuais, além do crescimento do quadro total de colaboradores.
- **Comerciais e infraestrutura (+3,8% a/a | 24,5% da RL (-0,9 p.p. a/a))**: Esse custo apresentou crescimento abaixo da inflação do período, **mantendo a tendência pelo quinto trimestre consecutivo**. Ainda seguimos avaliando oportunidades de alavancar o uso de IA em nossas operações, aprimorando a jornada do cliente e apoiando ganhos de produtividade operacional.

Comentário do Desempenho

- **Provisão para Devedores Duvidosos (13,2% a/a | 2,8% da RL (+0,1 p.p. a/a)):** Neste trimestre, a PDD foi impactada por um cliente corporativo específico, sem aumento no negócio B2C. Ainda assim, em termos anuais, os níveis permanecem alinhados à nossa trajetória de expansão contínua, com o provisionamento aumentando apenas +0,1 p.p. a/a como percentual da Receita Bruta. De forma geral, a gestão de PDD segue refletindo a resiliência e a qualidade da nossa base de clientes, a natureza essencial dos nossos serviços e esforços de cobrança bem coordenados.
- **Gerais e Administrativas (+6,9% a/a | 2,3% da RL (+0,0 p.p. a/a)):** O crescimento foi impulsionado por maiores despesas com serviços de terceiros e manutenção, bem como por outros custos administrativos.
- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais (-83,5% a/a | 0,1% da RL (-0,7 p.p. a/a)):** No 1T26, os recursos provenientes da venda de ativos, líquidos dos custos, relacionados à concessão totalizaram R\$86 milhões (integralmente de cobre), acima dos R\$23 milhões no 1T25. O crescimento das vendas foi temporariamente interrompido, em março de 2026, após uma decisão do STF sobre a taxação de sucata. Com a promulgação da Lei nº 15.394, em abril de 2026, as vendas foram retomadas. Mantemos nosso compromisso de R\$4,5 bilhões em vendas de ativos decorrentes da migração do regime de concessão para autorização (R\$3,0 bilhões em cobre e R\$1,5 bilhão em imóveis), com expectativa de aceleração entre 2026 e 2027 e conclusão em 2028.

4) DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A depreciação e amortização aumentou +4,5% a/a. Desde o 2T25, a depreciação e amortização relacionadas a PPA vêm diminuindo em função da conclusão da amortização de parte dos ativos intangíveis reconhecidos na aquisição da GVT (aproximadamente R\$24 milhões por trimestre). Essa redução foi parcialmente compensada por uma maior depreciação decorrente do IFRS 16, refletindo a consolidação dos ativos da FiBrasil e investimentos relacionados ao 5G.

5) RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro no 1T26 totalizou uma despesa líquida de R\$ 720 milhões, representando um aumento de +26,6% a/a. Esse desempenho foi impactado principalmente por: (i) maior nível de endividamento após a aquisição da FiBrasil, refletindo tanto o desembolso de caixa da transação quanto a consolidação da 3ª emissão de debêntures; e (ii) aumento nos passivos de arrendamento, em linha com a estratégia da Companhia de continuar investindo na qualidade e expansão da rede.

6) INVESTIMENTOS

Os Investimentos (não inclui os efeitos dos contratos de arrendamento - IFRS 16 e licenças) totalizaram R\$2.047,5 milhões no 1T26, um aumento de +9,6% na comparação anual, representando 13,2% da Receita Operacional Líquida, +0,3 p.p. a/a, em linha com o 1T25 e abaixo da média de 2025, à medida que seguimos na otimização da alocação de Capex.

Comentário do Desempenho

Continuamos a expandir nossa rede 5G, agora presente em 905 municípios e cobrindo 71% da população brasileira. A fibra segue como um vetor de crescimento essencial, traduzindo-se em investimento na expansão da rede e na conexão de clientes, com crescimento de +6,2% a/a em casas passadas e de +11,5% a/a em casas conectadas. Mais de 75% do Capex é destinado ao fortalecimento da rede móvel, combinado à expansão contínua da fibra em 453 cidades.

7) ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta (excluindo arrendamentos - IFRS 16) totalizou R\$4.838,1 milhões ao final do 1T26, representando uma redução de -1,5% na comparação trimestral, decorrente das amortizações contratuais de empréstimos, financiamentos e demais passivos, que mais do que compensaram a consolidação da dívida da FiBrasil durante o período. Do total da dívida bruta, 99% estão em moeda local e 1% em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia é integralmente protegida por meio de instrumentos derivativos.

Considerando Caixa, Investimentos e Derivativos, a Companhia apresentou uma posição de caixa líquido de R\$4.490,6 milhões em 31 de março de 2026. Incluindo os efeitos dos arrendamentos conforme o IFRS 16, a dívida líquida totalizou R\$10.541,6 milhões ao final do 1T26.

8) NEGÓCIOS DIGITAIS

Seguimos no desenvolvimento de um **ecossistema digital robusto**, a partir de parcerias estratégicas que fortalecem a nossa consolidação como um **verdadeiro hub de serviços digitais**.

a) B2C

As Receitas de Novos Negócios Digitais foram reclassificadas para melhor refletir a natureza de seu perímetro: (i) em Entretenimento, foram excluídas as receitas de conteúdo contratadas através da plataforma de IPTV; e (ii) em Serviços Financeiros, as receitas de Vivo Desconto e Conta Bônus deixaram de ser consideradas. Para fins de referência, esses itens que não são mais reportados em serviços digitais B2C totalizaram R\$605 milhões em base LTM ao final do 1T26.

Serviços Financeiros

O Vivo Pay continua sendo uma das principais fontes de crescimento da Vivo, alavancando nosso ecossistema digital, base de clientes, capacidade de dados e parcerias para expandir soluções de crédito, pagamentos e proteção, como empréstimos pessoais, seguros, crédito consignado em folha, carteira digital, entre outros. Considerando os últimos doze meses, as receitas de serviços financeiros cresceram +12,9% a/a, totalizando R\$426 milhões.

Desde o seu lançamento em outubro de 2020, as originações de empréstimo pessoal somaram R\$1,25 bilhão. **No início de 2026, a Vivo lançou um crediário**, ampliando o acesso ao crédito e proporcionando uma experiência integrada e fluida em todas as lojas para clientes que adquirem aparelhos e eletrônicos.

Entretenimento

Em conteúdo, a Vivo oferece aos seus clientes acesso às melhores plataformas OTTs de música e vídeo, com todos os serviços com cobrança em uma única fatura, junto às demais ofertas, garantindo uma experiência integrada. A receita LTM alcançou **R\$835 milhões no 1T26 (+24,8% a/a)**, impulsionada por uma base de 4,4 milhões de assinantes de plataformas de conteúdo, +28,8% a/a.

Comentário do Desempenho

Saúde e Bem-Estar

O Vale Saúde atua como um hub de serviços de saúde, oferecendo aos clientes uma cobertura nacional a partir de um modelo de assinatura mensal. Desde o lançamento, a plataforma atingiu 531 mil assinaturas. Nos últimos doze meses, **foram realizadas 85 mil consultas, exames e procedimentos, além de permitir a venda de 2,5 milhões de itens em farmácias com descontos**, resultando em uma receita de R\$115 milhões com saúde e bem-estar no mesmo período (+67,7% a/a).

Produtos & Serviços B2C

Integrando conectividade e serviços digitais, **a receita média mensal B2C por CPF atingiu R\$67,2 no 1T26, um aumento de +6,9% a/a**. Esse desempenho reforça o desenvolvimento do ecossistema da Vivo, posicionando a Companhia como uma provedora completa de serviços, muito além de uma operadora tradicional.

b) B2B

A Vivo segue consolidando sua posição como um hub abrangente de serviços digitais para o negócio B2B, expandindo sua oferta muito além da conectividade tradicional. No 1T26 LTM, **a receita de serviços digitais atingiu R\$5.401 milhões, com crescimento de +23,8% a/a**, representando 8,9% da receita total (+1,2 p.p. a/a). Refletindo esse desempenho, o B2B ampliou sua participação para 22,6% da receita total da Companhia (+1,0 p.p. a/a).

Nossa **parceria com a São Martinho demonstra a liderança da Vivo em impulsionar operações do agronegócio mais sustentáveis, competitivas e orientadas por dados**, com soluções de conectividade e IoT sob medida.

9) AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (“ESG”)

A estratégia ESG da Vivo conta com mais de 100 indicadores integrados no Plano de Sustentabilidade (“OS”), monitorados e aprovados de forma consolidada pelo Conselho de Administração por meio do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade. O OS contém metas que contribuem com o crescimento sustentável da empresa guiadas por ética e integridade, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) e de mais compromissos no tema.

a) AMBIENTAL

Vivo adere a mais dois movimentos do Pacto Global da ONU – Rede Brasil: “Impacto Amazônia” e “+ Água”, fortalecendo iniciativas de conservação ambiental e segurança hídrica relacionadas ao projeto Floresta Futuro Vivo, que almeja restaurar e proteger 800 hectares na região amazônica. A Companhia está entre as com maior número de compromissos assumidos no Brasil e apoia outros seis movimentos da Ambição 2030.

Liderança em Engajamento Climático com Fornecedores: A Vivo foi reconhecida como líder no engajamento climático com fornecedores e integra a *A-List do Supplier Engagement Assessment* (“SEA”) do CDP pelo sexto ano consecutivo.

R\$3,3 bilhões em receitas, nos últimos 12 meses, geradas a partir de soluções que favorecem a eficiência energética e climática, além de contribuir para conter o aumento da temperatura em 1,5°C.

Comentário do Desempenho

b) SOCIAL

“Hospital Púrpura” reforça o compromisso com o bem-estar dos colaboradores, oferecendo serviços de saúde 24 horas por dia, 7 dias por semana, a mais de 32 mil funcionários e 50 mil dependentes. Os pacientes são direcionados para atendimento médico digital e contam com uma jornada de cuidado personalizada, com todos os serviços prestados sem coparticipação. A Companhia também oferece um programa de saúde mental, com acesso gratuito à terapia *online*.

Vencedora do Ranking de Acessibilidade 2026 da ANATEL entre as principais operadoras de telecomunicações do Brasil. A avaliação é feita por uma análise abrangente, incluindo acessibilidade em lojas físicas e canais digitais, e iniciativas além das exigências regulatórias.

c) GOVERNANÇA

Terceiro Ano como Líder no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (“ISE B3”), alcançando o primeiro lugar no *ranking* entre todos os setores.

Segundo Ano Consecutivo no Dow Jones Best-In-Class World Index como a única companhia brasileira do setor de telecomunicações e foi reconhecida pelo sexto ano consecutivo no *S&P Global Sustainability Yearbook 2026*.

Ampliação da Representação Feminina no Conselho de Administração, com 5 mulheres entre os 12 membros, atingindo 42% de representação.

Reconhecimentos em ESG: (i) Líder setorial no *ranking* Merco Responsabilidade ESG Brasil 2025 (*Corporate Reputation Business Monitor*), ocupando a 15ª posição geral, uma melhora de 11 posições em relação a 2024; (ii) *Status Prime* pela agência de *rating* ISS ESG, com nota B (em uma escala de D- a A+), posicionando a Companhia entre as líderes do setor; (iii) 1º lugar no prêmio ABRH “Ser Humano”, na categoria ESG, com o programa “Mulheres de Fibra”.

Notas Explicativas

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

1.a. Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), em conjunto com suas controladas (“Consolidado”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de comunicações e telecomunicações; bem como o desenvolvimento de todas e quaisquer atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, inclusive locação, compartilhamento e cessão de infraestrutura, podendo, ainda, desempenhar as seguintes atividades: (a) exploração de serviços de valor adicionado, desenvolvimento, disponibilização, distribuição e comercialização de serviços digitais, bem como de conteúdo de áudio, vídeo, imagem, texto e aplicativos pela internet em qualquer meio, inclusive materiais de propaganda e publicidade; e (b) exploração de soluções integradas, gestão, prestação de serviços e consultoria relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) conectividade, internet das coisas, tecnologia da informação, redes, análise e desenvolvimento de sistemas, programação, configuração e congêneres; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) comunicações e telecomunicações; (vi) sistemas de segurança eletrônica relacionados a roubo, intrusão, incêndio e outros, vigilância, segurança, rastreamento e monitoramento a distância ou não; (vii) manutenção, reparação, assistência técnica e suporte técnico em informática e quaisquer máquinas e equipamentos; (viii) inteligência artificial e blockchain; e (ix) inteligência em gestão de dados (Big Data), entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 77,13%, nota 23.a.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e tem suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). É também registrada na Securities and Exchange Commission (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas American Depositary Shares (“ADSs”) lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange” – “NYSE”).

1.b. Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço de Telefonia Fixa Comutada (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” – comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” – TV por assinatura); (v) Serviço Limitado Privado (“SLP”) e (vi) Serviço Móvel Global por Satélite (“SMGS”) em todo o território brasileiro, por meio de autorizações, além de outras atividades.

As autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472/1997.

As informações relativas às prestações do STFC, SMP e as autorizações de cada subfaixa detida pela Companhia para a utilização no SMP, são as mesmas da nota explicativa [1.b\) Operações](#), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; e penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos.

Notas Explicativas

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações ou licenças da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detém poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que, conforme constava na agenda regulatória para o biênio 2023-2024 da ANATEL, foi submetida a Consulta Pública em novembro de 2023 a revisão do Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"), aprovado pela Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012 e atualizado pela Resolução nº. 694, de 17 de julho de 2018, que concentra, em um único instrumento normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial. Esta revisão, que ocorre a cada quatro anos e teve início a partir da publicação da consulta pública nº 64, de 6 de novembro de 2023, se dedicou à reavaliação dos mercados relevantes no setor, das medidas regulatórias assimétricas e dos detentores de Poder de Mercado Significativo ("PMS"), anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

Após a aprovação do Conselho Diretor da ANATEL, o novo PGMC foi publicado pela Resolução nº 783, de 3 de setembro de 2025, atendendo o prazo previsto na agenda regulatória da ANATEL para o biênio 2025-2026 (debatida na Consulta Pública nº 46, de 11 de setembro de 2024 e aprovada pela Resolução Interna ANATEL nº399/2024, de 30 de dezembro de 2024), que indicava a aprovação final para o segundo semestre de 2025.

Conforme apontado anteriormente, também em novembro de 2023, a ANATEL submeteu à consulta pública a revisão do Regulamento de Uso do Espectro ("RUE"), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016. A nova redação proposta pela ANATEL inclui, entre outras mudanças, novos regramentos para concessão de autorizações de uso de espectro em caráter secundário, além de alterações nos procedimentos de avaliação do uso eficiente do espectro pela ANATEL. A expectativa é de que o novo RUE seja publicado no segundo semestre de 2026.

Com relação à operação aquisição da UPI dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. pelas três maiores operadoras do mercado SMP brasileiro (Vivo, Claro e TIM) ("Operação"), aprovada pela ANATEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), destaca-se que a publicação do Novo PGMC encerrou a vigência dos remédios regulatórios impostos em decorrência da Operação, bem como se encerrou o período de monitoramento conduzido pelo CADE quanto ao cumprimento dos remédios.

Nesse sentido, as medidas assimétricas decorrentes da Operação se extinguíram para o mercado de MVNO e de compartilhamento de espectro, dado que a ANATEL entendeu não haver falhas de mercado e problemas de concorrência que as justificassem. Para o Roaming Nacional, que permaneceu mercado relevante (assim como era antes da Operação), destaca-se que seu controle de preços foi mantido por Modelo de Custos Bottom-Up LRIC+.

No contexto geral acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas e a perspectiva de adoção, pela ANATEL, de conceitos, preços e modelos de remuneração que podem impactar o cenário de remuneração e custos, poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Notas Explicativas

Já com relação às tarifas de interconexão, essas compõem as bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Além disso, a Companhia também está sujeita a alterações nas normas e regulamentações voltadas a preservar os direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações. Nesse sentido, acrescenta-se que a ANATEL publicou, em novembro de 2023, o novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (“RGC”), por meio da Resolução nº 765/2023, que entrou em vigência em 1º de setembro de 2025, substituindo a Resolução nº 632/2014. Este novo Regulamento alterou alguns dispositivos de forma mais relevante, como a maneira de realização de ofertas de serviços de telecomunicações, além de atualizar/modernizar algumas regras referentes ao atendimento.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

Por fim, há também o risco da Companhia não ser bem-sucedida nas futuras licitações a serem realizadas pela ANATEL no que tange à aquisição de novas autorizações de uso de radiofrequências. Nessa toada, vale pontuar que o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 148/2024, determinou que as Superintendências da ANATEL adotassem as providências necessárias para a publicação, até 31 de dezembro de 2025, de um novo Edital para procedimento licitatório referente à subfaixa de 700 MHz. O Edital de Licitação foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União e publicado pela ANATEL em fevereiro de 2026. Ainda nesse sentido, através da Resolução nº 785/2025, a ANATEL aprovou um planejamento para realização de licitações autorizações de uso de radiofrequências, em diferentes horizontes temporais até 2036.

1.c. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Para iniciar o processo de regulamentação da alteração constitucional, a Lei Complementar nº 214/2025 (“LC”), foi sancionada pelo Presidente da República em 16 de janeiro de 2025. Adicionalmente, em 13 de janeiro de 2026 foi aprovada a LC n.º 227/2026, que, entre outros tópicos, cria o comitê gestor do IBS, regulamenta o contencioso tributário e traz normas de administração dos novos tributos.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC, sendo que há previsão expressa de que o IS não poderá incidir sobre serviços de telecomunicações. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários (antigo e novo) coexistirão.

No ano de 2026 será necessário o destaque de CBS (0,9%) e IBS (0,1%) para fins estatísticos. Consequentemente não haverá recolhimento, nem impacto financeiro. A Companhia está preparada para a emissão e recepção dos documentos fiscais com o destaque de IBS e CBS. Somente a partir de janeiro de 2027 os novos tributos passam a impactar a Companhia financeiramente.

Cabe ressaltar que os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após as demais etapas de regulamentação legal e infralegal, que poderá incluir a edição de novas leis ordinárias (federais, estaduais e municipais), decretos, instruções normativas e notas técnicas.

Notas Explicativas

Como as alterações serão aplicadas de forma prospectiva, não há efeito da Reforma nas Informações Trimestrais (“ITRs”) individuais e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2026.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.a. Declaração de conformidade

As ITRs individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das ITRs. Dessa forma, as informações relevantes próprias das ITRs estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.b. Bases de preparação e apresentação

As ITRs individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

O ativo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

O passivo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7 / CPC 03 e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2026 com 31 de dezembro de 2025.

As ITRs da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 7 de maio de 2026.

Notas Explicativas

2.c. Moeda de apresentação, funcional e conversão de moeda estrangeira

As ITRs individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.d. Bases de consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Algumas informações relevantes das investidas estão apresentadas na nota 12.

2.e. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

2.f. Principais políticas contábeis materiais

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2026 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto para as Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (equivalentes ao CPC 48 e CPC 40, respectivamente) e Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) - Volume 11, ambas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estas alterações e melhorias não causaram impactos nas ITRs da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Notas Explicativas

2.g. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas ITRs, não sofreram qualquer alteração em relação às apresentadas nas seguintes notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: eventos societários de 2025 (Combinação de Negócios); contas a receber; imposto de renda e contribuição social; imobilizado; intangível; provisões e contingências; empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores; planos de previdência e outros benefícios pós-emprego; e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	8.541.557	6.460.418	9.000.221	6.945.770
Caixa e contas bancárias ⁽²⁾	54.156	78.523	62.869	86.569
Total	8.595.713	6.538.941	9.063.090	7.032.339

(1) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, portanto classificados como caixa e equivalentes de caixa. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de março de 2026, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 99,94% do CDI (100,04% em 31 de dezembro de 2025).

(2) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R\$9.082 e R\$16.694, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 28).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Garantia a processos judiciais ⁽¹⁾	32.972	40.934	33.394	41.308
Aplicações financeiras - LFT ⁽²⁾	—	—	88.748	99.102
Incentivos fiscais Sudene ⁽³⁾	34.407	—	34.407	—
Total não circulante	67.379	40.934	156.549	140.410
Circulante	—	—	88.748	99.102
Não circulante	67.379	40.934	67.801	41.308

(1) Referem-se a aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (notas (notas 19. e 33.)).

(2) Referem-se a aplicações financeiras em Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), realizadas pelas controladas Vivo Pay I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada e Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(3) Referem-se ao reinvestimento em incentivos fiscais sobre o lucro de exploração na região abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("Sudene").

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Serviços e mercadorias ⁽¹⁾	11.723.657	11.818.593	12.209.173	12.250.210
Valores de interconexão ^{(1) (2)}	571.597	597.809	576.746	634.221
FIDC Vivo Pay	—	—	368.333	348.848
Partes relacionadas (nota 28) ⁽¹⁾	53.631	68.865	36.058	50.292
Contas a receber, bruto	12.348.885	12.485.267	13.190.310	13.283.571
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.244.630)	(2.160.878)	(2.496.772)	(2.380.452)
Contas a receber, líquido	10.104.255	10.324.389	10.693.538	10.903.119
Circulante	9.755.215	10.082.818	10.302.438	10.619.617
Não circulante	349.040	241.571	391.100	283.502

(1) Os montantes consolidados incluem: (i) R\$3.157.928 e R\$3.024.347 a faturar aos clientes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações.

Os saldos consolidados não circulantes, referem-se ao valor presente a receber: (i) das parcelas de revenda de mercadorias (B2B), com vencimentos de até 24 meses; (ii) de produtos Vivo Tech, com vencimentos de até 60 meses; e (iii) do direito de créditos do FIDC Vivo Pay I, com vencimentos de até 36 meses. Estes valores estão deduzidos de suas perdas estimadas para a redução ao valor recuperável.

Os saldos consolidados dos ativos contratuais com clientes eram de R\$140.838 e R\$136.473 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
A vencer	8.181.712	8.492.065	8.948.780	9.252.301
Vencidas – 1 a 30 dias	1.231.971	1.197.527	1.168.094	1.070.093
Vencidas – 31 a 60 dias	289.162	285.086	209.341	266.390
Vencidas – 61 a 90 dias	136.387	135.921	136.008	127.779
Vencidas – 91 a 120 dias	121.092	69.705	99.858	63.929
Vencidas – mais de 120 dias	143.931	144.085	131.457	122.627
Total	10.104.255	10.324.389	10.693.538	10.903.119

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.023.711)	(2.215.251)
Ingressos das perdas estimadas, Líquidos de reversões (nota 25)	(342.360)	(384.057)
Baixas	300.492	357.751
Combinação de negócios - Samauma	—	(508)
Saldos em 31 de março de 2025	(2.065.579)	(2.242.065)
Ingressos das perdas estimadas, Líquidos de reversões	(1.085.340)	(1.197.280)
Baixas	990.041	1.060.040
Combinação de negócios - Samauma	—	(278)
Combinação de negócios - FiBrasil	—	(869)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.160.878)	(2.380.452)
Ingressos das perdas estimadas, Líquidos de reversões (nota 25)	(399.805)	(434.614)
Baixas	316.053	318.294
Saldos em 31 de março de 2026	(2.244.630)	(2.496.772)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Materiais para revenda ⁽¹⁾	1.762.540	1.442.313	1.828.219	1.505.519
Materiais para consumo	21.134	20.797	31.515	28.986
Outros estoques	14.214	59.814	16.595	62.890
Estoques, bruto	1.797.888	1.522.924	1.876.329	1.597.395
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência ⁽²⁾	(116.661)	(118.052)	(119.958)	(121.397)
Estoques, líquido	1.681.227	1.404.872	1.756.371	1.475.998

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, acessórios, simcards e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes ⁽¹⁾	3.472.110	3.356.376	3.472.110	3.356.376
Taxas Fistel (TFF, Condecine e EBC) ⁽²⁾	1.040.812	—	1.040.812	—
Licenças de <i>software</i> e manutenção de redes	557.239	379.140	1.093.106	893.514
Propaganda e publicidade	173.469	176.989	173.469	176.989
Pessoal	112.416	153.043	115.733	157.750
Encargos financeiros	204.314	177.199	204.314	177.199
Aluguéis, impostos, seguros e outras despesas antecipadas	99.171	63.057	179.842	148.677
Total	5.659.531	4.305.804	6.279.386	4.910.505
Circulante	3.097.025	1.891.448	3.636.621	2.414.780
Não circulante	2.562.506	2.414.356	2.642.765	2.495.725

(1) Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes, conforme IFRS 15 / CPC 47 e diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

(2) Refere-se ao saldo remanescente dos valores das taxas de (i) Fiscalização e Funcionamento; (ii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional ("Condecine") e; (iii) Empresa Brasileira de Comunicação ("EBC") referente ao exercício, que será amortizada para o resultado até o final de 2026.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Imposto de renda	315.151	313.919	330.095	331.342
Contribuição social	21.512	21.252	25.274	24.944
Total	336.663	335.171	355.369	356.286

8.b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Imposto de renda	343.234	239.911	389.055	301.699
Contribuição social	101.653	82.690	103.677	90.606
Total	444.887	322.601	492.732	392.305
Circulante	214.331	94.989	227.904	130.866
Não circulante	230.556	227.612	264.828	261.439

Os montantes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, incluem R\$272.613 e R\$269.158, respectivamente, referente aos tributos enquadrados na IFRIC 23 / ICPC 22 (nota 8.e).

Notas Explicativas

8.c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2024	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.2025
Ativo (passivo) diferido							
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa⁽¹⁾	1.632.896	(116.937)	—	1.515.959	(260.284)	—	1.255.675
IR e CS sobre diferenças temporárias⁽²⁾	(5.636.159)	34.507	112	(5.601.540)	110.249	54.690	(5.436.601)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.037.940	(8.476)	—	2.029.464	56.120	—	2.085.584
Fornecedores e outras provisões	2.345.098	138.799	—	2.483.897	422.537	—	2.906.434
Carteira de clientes e marcas	(163.541)	6.348	—	(157.193)	21.202	—	(135.991)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	612.793	10.227	—	623.020	54.280	—	677.300
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	114.779	(266)	—	114.513	(1.200)	—	113.313
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	244.307	2.737	—	247.044	(66.623)	30.277	210.698
Participação nos resultados	204.355	(107.637)	—	96.718	118.049	—	214.767
Licenças	(2.208.640)	39.440	—	(2.169.200)	118.320	—	(2.050.880)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart. e Garliava)	(7.663.800)	(57.710)	—	(7.721.510)	(173.130)	—	(7.894.640)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.247.037)	34.564	—	(1.212.473)	(22.089)	—	(1.234.562)
Lei da Inovação tecnológica	(5.718)	378	—	(5.340)	1.044	—	(4.296)
Sobre outras diferenças temporárias	93.305	(23.897)	112	69.520	(418.261)	24.413	(324.328)
Total do Passivo líquido, não circulante	(4.003.263)	(82.430)	112	(4.085.581)	(150.035)	54.690	(4.180.926)
Ativo fiscal diferido	8.784.066			8.704.683			9.177.424
Passivo fiscal diferido	(12.787.329)			(12.790.264)			(13.358.350)
Passivo fiscal diferido, líquido	(4.003.263)			(4.085.581)			(4.180.926)

Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:

Passivo fiscal diferido	(4.003.263)	(4.085.581)	(4.180.926)
-------------------------	-------------	-------------	-------------

Notas Explicativas

	Controladora			Saldos em 31.03.2026
	Saldos em 31.12.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa⁽¹⁾	1.255.675	(159.905)	—	1.095.770
IR e CS sobre diferenças temporárias⁽²⁾	(5.436.601)	183.409	(27.379)	(5.280.571)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.085.584	47.770	—	2.133.354
Fornecedores e outras provisões	2.906.434	204.123	—	3.110.557
Carteira de clientes e marcas	(135.991)	7.157	—	(128.834)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	677.300	27.848	—	705.148
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	113.313	3.930	—	117.243
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	210.698	61.550	—	272.248
Participação nos resultados	214.767	(102.048)	—	112.719
Licenças	(2.050.880)	39.440	—	(2.011.440)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart. e Garliava)	(7.894.640)	(57.710)	—	(7.952.350)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.234.562)	(3.505)	—	(1.238.067)
Lei da Inovação tecnológica	(4.296)	337	—	(3.959)
Sobre outras diferenças temporárias	(324.328)	(45.483)	(27.379)	(397.190)
Total do Passivo líquido, não circulante	(4.180.926)	23.504	(27.379)	(4.184.801)
Ativo fiscal diferido	9.177.424			9.264.173
Passivo fiscal diferido	(13.358.350)			(13.448.974)
Passivo fiscal diferido, líquido	(4.180.926)			(4.184.801)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Passivo fiscal diferido	(4.180.926)			(4.184.801)

Notas Explicativas

Consolidado

	Saldos em 31.12.2024	Saldos em Demonstração dos resultados	Saldos em Resultados Abrangentes	Saldos em Combinação de negócios - Samauma	Saldos em 31.03.2025	Saldos em Demonstração dos resultados	Saldos em Resultados Abrangentes	Saldos em Combinação de negócios Samauma	Saldos em Combinação de negócios FiBrasil	Saldos em Combinação de negócios Cyber	Saldos em 31.12.2025
Ativo (passivo) diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa ⁽¹⁾	1.720.781	(116.123)	—	—	1.604.658	(246.626)	—	—	79.694	—	1.437.726
IR e CS sobre diferenças temporárias ⁽²⁾	(5.578.243)	30.659	112	(2.979)	(5.550.451)	161.677	54.542	(556)	(18.495)	3.656	(5.349.627)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.088.350	(6.222)	—	805	2.082.933	55.865	—	32	8.702	—	2.147.532
Fornecedores e outras provisões	2.361.206	144.241	—	—	2.505.447	462.495	—	—	2.454	369	2.970.765
Carteira de clientes e marcas	(144.199)	(11.711)	—	—	(155.910)	25.816	—	—	—	—	(130.094)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	619.881	11.034	—	—	630.915	65.269	—	—	296	—	696.480
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	114.779	(266)	—	—	114.513	(1.200)	—	—	—	—	113.313
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	245.299	2.758	—	—	248.057	(67.055)	30.138	—	—	—	211.140
Participação nos resultados	209.830	(110.683)	—	—	99.147	120.920	—	—	4.477	2.222	226.766
Licenças	(2.208.640)	39.440	—	—	(2.169.200)	118.320	—	—	—	—	(2.050.880)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart., Garliava e Vita IT)	(7.678.224)	(56.899)	—	—	(7.735.123)	(154.762)	—	—	(16.856)	—	(7.906.741)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.247.038)	34.564	—	—	(1.212.474)	(22.089)	—	—	—	—	(1.234.563)
Lei da Inovação tecnológica	(5.718)	378	—	—	(5.340)	1.044	—	—	—	—	(4.296)
Sobre outras diferenças temporárias	66.231	(15.975)	112	(3.784)	46.584	(442.946)	24.404	(588)	(17.568)	1.065	(389.049)
Total do Passivo líquido, não circulante	(3.857.462)	(85.464)	112	(2.979)	(3.945.793)	(84.949)	54.542	(556)	61.199	3.656	(3.911.901)
Ativo fiscal diferido	8.947.536				8.898.344						9.593.230
Passivo fiscal diferido	(12.804.998)				(12.844.137)						(13.505.131)
Passivo fiscal diferido, líquido	(3.857.462)				(3.945.793)						(3.911.901)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:											
Ativo fiscal diferido de controladas	158.215				150.582						314.284
Passivo fiscal diferido	(4.015.677)				(4.096.375)						(4.226.185)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.2025	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.2026
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa⁽¹⁾	1.437.726	(153.597)	—	1.284.129
IR e CS sobre diferenças temporárias⁽²⁾	(5.349.627)	176.495	(27.379)	(5.200.511)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.147.532	37.293	—	2.184.825
Fornecedores e outras provisões	2.970.765	191.901	—	3.162.666
Carteira de clientes e marcas	(130.094)	6.548	—	(123.546)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	696.480	31.568	—	728.048
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	113.313	3.930	—	117.243
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	211.140	61.999	—	273.139
Participação nos resultados	226.766	(108.571)	—	118.195
Licenças	(2.050.880)	39.440	—	(2.011.440)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part., GVTPart., Garliava e Vita IT)	(7.906.741)	(73.122)	—	(7.979.863)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.234.563)	(3.505)	—	(1.238.068)
Lei da Inovação tecnológica	(4.296)	337	—	(3.959)
Sobre outras diferenças temporárias	(389.049)	(11.323)	(27.379)	(427.751)
Total do Passivo líquido, não circulante	(3.911.901)	22.898	(27.379)	(3.916.382)
Ativo fiscal diferido	9.593.230			9.712.704
Passivo fiscal diferido	(13.505.131)			(13.629.086)
Passivo fiscal diferido, líquido	(3.911.901)			(3.916.382)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Ativo fiscal diferido de controladas	314.284			310.017
Passivo fiscal diferido	(4.226.185)			(4.226.399)

(1) Refere-se aos montantes registrados que, conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 existiam ativos fiscais diferidos não reconhecidos relativos a imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social em base negativa nos livros contábeis de algumas controladas da Companhia (POP, TLF05 (anteriormente Recicla V), TGLog e FiBrasil), sendo R\$33.720 e R\$19.039 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, pois não era provável a geração de lucros tributáveis futuros para utilização desses créditos.

8.d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir apresentamos as reconciliações da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em			
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Lucro antes dos tributos	1.596.627	1.405.426	1.603.090	1.415.770
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(542.853)	(477.845)	(545.051)	(481.362)
Diferenças permanentes				
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	178.500	129.200	178.500	129.200
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(8.286)	(24.423)	(9.608)	(24.820)
Lucro de exploração	7.383	9.087	7.383	9.087
Equivalência patrimonial	9.624	9.393	(662)	(1.259)
Outras exclusões, líquidas	20.088	7.374	22.899	9.654
Débito tributário	(335.544)	(347.214)	(346.539)	(359.500)
Taxa efetiva	21,0 %	24,7 %	21,6 %	25,4 %
IR e CS correntes	(359.048)	(264.784)	(369.437)	(274.036)
IR e CS diferidos	23.504	(82.430)	22.898	(85.464)

8.e. Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, nos montantes consolidados de R\$42.093.060 e R\$40.297.796 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%). Estes montantes são atualizados monetariamente utilizando a SELIC.

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de perda é superior a 50% foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social nos montantes consolidados de R\$272.613 e R\$269.158 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

8.f. Nova regra de cálculo ("Pilar II") - OCDE

Em 27 de dezembro de 2024, foi promulgada a lei 15.079/24 que institui o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária modelo OCDE ("Pilar II"). Por esta lei, sempre que a Companhia, adotando os critérios de cálculo nela previstos, apurar alíquota conjugada efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido inferior a 15% deverá efetuar pagamento adicional até atingir esse percentual mínimo. Essa regra está válida desde janeiro de 2025 e a Companhia não terá impacto significativo desta regra em seus recolhimentos, pois já atende aos limites previstos.

Regras de Preço de Transferência – Alinhamento ao padrão OCDE

Em 28 de dezembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.596/2023, posteriormente regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.161/2023, que instituiu o novo regime brasileiro de Preço de Transferência, alinhado às diretrizes da OCDE. As novas regras tornaram-se obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2024 e visam assegurar que as operações *intercompany* sejam realizadas de acordo com o princípio *arm's length*.

A Companhia está atualmente em fase de elaboração da análise do exercício correspondente, incluindo o estudo de comparabilidade, documentação de suporte e revisão dos métodos aplicáveis, conforme previsto na legislação vigente. Embora o processo técnico ainda esteja em desenvolvimento, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção do novo regime de preço de transferência, tendo em vista a natureza das operações praticadas e o histórico de conformidade com padrões internacionais.

Notas Explicativas

A Companhia continuará monitorando a aplicação das normas e manterá suas demonstrações financeiras atualizadas com base em eventuais ajustes identificados quando da conclusão da análise formal de preço de transferência.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ICMS ⁽¹⁾	2.280.022	2.296.378	2.301.722	2.321.798
PIS e COFINS	510.817	513.950	573.835	558.973
Impostos e contribuições retidos na fonte ⁽²⁾	321.197	288.156	378.180	334.941
Outros tributos	91.797	87.447	96.854	90.806
Total	3.203.833	3.185.931	3.350.591	3.306.518
Circulante	2.571.428	2.571.664	2.714.969	2.687.600
Não circulante	632.405	614.267	635.622	618.918

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$583.712 e R\$568.579 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

(2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais e ocorrem bloqueios de saldos bancários para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos judiciais				
Tributários	1.522.465	1.499.788	1.729.342	1.703.327
Cíveis	954.591	928.308	956.181	929.909
Regulatórios	248.762	267.596	248.762	267.596
Trabalhistas	36.563	39.113	41.031	43.683
Total	2.762.381	2.734.805	2.975.316	2.944.515
Bloqueios judiciais	19.588	18.896	20.617	19.803
Total	2.781.969	2.753.701	2.995.933	2.964.318
Circulante	117.347	106.279	120.097	107.565
Não circulante	2.664.622	2.647.422	2.875.836	2.856.753

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a composição dos saldos dos depósitos judiciais tributários, classificados por tributo, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. As informações relativas aos depósitos judiciais são as mesmas da nota explicativa 10) Depósitos e Bloqueios Judiciais, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Tributos	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	665.218	656.567
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	419.764	411.581
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	359.893	355.555
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	66.236	65.358
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	59.710	58.912
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	30.644	30.225
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	6.839	6.720
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	30.059	29.537
Outros impostos, taxas e contribuições	90.979	88.872
Total	1.729.342	1.703.327

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	161.906	159.245	30.398	26.471
Alienação de imóveis e valores a receber de fornecedores	426.855	473.091	426.855	473.091
Adiantamentos a empregados e fornecedores	148.993	49.781	173.116	55.522
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) ⁽¹⁾	159.646	182.835	159.718	182.907
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil -2024	45.061	46.830	—	—
Ativos indenizatórios (aquisições IPNET, VSS e Samauma)	—	—	143.663	141.610
Bens destinados à venda ⁽²⁾	8.979	8.761	8.979	8.761
Sublocação de ativos e outros valores a realizar	24.809	13.196	33.889	16.866
Total	976.249	933.739	976.618	905.228
Circulante	508.466	447.115	501.822	419.300
Não circulante	467.783	486.624	474.796	485.928

(1) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui os montantes de R\$156.183 e R\$179.493, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

(2) Refere-se ao custo residual de imóveis classificados como disponíveis para venda em suas condições atuais, em processo de formalização do contrato de compra e venda. A depreciação destes imóveis foi cessada a partir da data da reclassificação do ativo imobilizado.

12. INVESTIMENTOS

12.a. Informações das Investidas

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das controladas diretas e de controle conjunto nas quais a Companhia possui participação.

Investidas	Participação	Investimento	31.03.2026			Trimestre findo em 31 de março de 2026	
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks ⁽¹⁾	100,00 %	Controlada	1.510.057	909.302	600.755	296.359	24.912
TGLog	100,00 %	Controlada	44.828	31.732	13.096	13.935	367
POP ⁽²⁾	100,00 %	Controlada	201.428	83.176	118.252	13.058	7.908
Vivo Pay I	100,00 %	Controlada	241.229	69.121	172.108	35.345	9.522
Vivo Pay III	100,00 %	Controlada	2.030	39	1.991	41	8
Vivo Pay Holding ⁽³⁾	100,00 %	Controlada	33.880	4.762	29.118	1.053	(2.470)
Vivo Ventures	98,00 %	Controlada	253.776	922	252.854	—	(982)
FiBrasil ⁽⁴⁾	75,01 %	Controlada	2.046.928	1.236.249	810.679	107.400	(1.935)
CloudCo Brasil	50,01 %	Controlada	1.322.187	1.176.339	145.848	572.547	(4.507)
Aliança	50,00 %	Controle conjunto	281.093	735	280.358	—	1.668
AIX	50,00 %	Controle conjunto	52.535	35.385	17.150	12.026	(4.705)
ACT	50,00 %	Controle conjunto	48	6	42	26	(1)
GUD	50,00 %	Controle conjunto	40.059	15.079	24.980	9.127	(854)

Investidas	Participação	Investimento	31.12.2025			Trimestre findo em 31 de março de 2025	
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks ⁽¹⁾	100,00 %	Controlada	1.487.924	912.081	575.843	186.707	21.275
TGLog	100,00 %	Controlada	46.504	33.775	12.729	10.830	214
POP ⁽²⁾	100,00 %	Controlada	193.031	82.687	110.344	10.660	4.802
Vivo Pay I	100,00 %	Controlada	251.422	78.836	172.586	41.903	2.695
Vivo Pay II	100,00 %	Controlada	—	—	—	278	(205)
Vivo Pay III	100,00 %	Controlada	2.010	27	1.983	—	—
Vivo Pay Holding ⁽³⁾	100,00 %	Controlada	35.333	3.745	31.588	—	(1.110)
FiBrasil ⁽⁴⁾	75,01% / 25,01%	Controlada (Dez-25) / Controle conjunto (Mar-25)	2.024.474	1.211.861	812.613	101.869	(8.567)
CloudCo Brasil ⁽⁵⁾	50,01 %	Controlada	1.306.016	1.155.661	150.355	410.617	(6.252)
IoTCo Brasil ⁽⁶⁾	50,01 %	Controlada	—	—	—	26.507	2.133
Vivo Ventures ⁽⁷⁾	98,00 %	Controlada	250.880	1.238	249.642	—	5.837
Aliança	50,00 %	Controle conjunto	301.512	798	300.714	—	1.365
AIX	50,00 %	Controle conjunto	60.180	38.325	21.855	17.724	(42)
ACT	50,00 %	Controle conjunto	49	6	43	26	1
VIVAE ⁽⁷⁾	50,00 %	Controle conjunto	—	—	—	1.871	(504)
GUD	50,00 %	Controle conjunto	37.864	13.748	24.116	865	(3.945)

(1) É a controladora integral e direta da TIS, da TLF01 e da Samauma. A TIS é a controladora da CyberCo Brasil desde 9 de dezembro de 2025.

(2) É a controladora integral e direta da TLF05 Empreendimentos e Participações Ltda (anteriormente Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda) e da Vale Saúde Gestão e Soluções Ltda (anteriormente Vale Saúde Administradora de Cartões Ltda).

(3) É a controladora integral e direta da Vivo Pay SCD.

(4) Passou a ser controlada pela Companhia em 12 de novembro de 2025.

(5) Era a controladora integral e direta da IPNET e IPNET USA. Em 1º de julho de 2025 e em 1º de novembro de 2025, incorporou a IoTCo Brasil e a IPNET, respectivamente.

(6) Foi incorporada pela CloudCo Brasil em 1º de julho de 2025.

(7) Houve uma reorganização societária com a Vivo Ventures em 6 de outubro de 2025, ocorrendo o aporte do investimento na VivaE para o Vivo Ventures.

Notas Explicativas

12.b. Movimentação dos investimentos

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	889.844	430.577	—	26	1.320.447	566.384
Resultado de equivalência patrimonial	31.331	(3.704)	—	—	27.627	(3.704)
Dividendos (Terra Networks)	(23.800)	—	—	—	(23.800)	—
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Ventures e GUD)	16.177	10.674	—	—	26.851	10.674
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	21.651
Outros resultados abrangentes	—	(5.073)	—	(6)	(5.079)	(5.079)
Saldos em 31 de março de 2025	913.552	432.474	—	20	1.346.046	589.926
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	139.926	(14.523)	—	—	125.403	(14.523)
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Terra Networks, Vivo Ventures, Vivo Pay I, Vivo Pay III, VivaE, GUD, Vivo Pay Holding) e resgate de cotas no Vivo Pay I	328.040	4.249	—	—	332.289	4.249
Transação de capital pela aquisição da CyberCo Brasil pela TIS	(168.729)	—	—	—	(168.729)	—
Reorganização societária Vivo Ventures e VivaE - Aporte de investimentos no Vivo Ventures	11.222	(11.222)	—	—	—	—
Reorganização societária Vivo Ventures e VivaE - Ganho na remensuração de participação societária	—	6.153	—	—	6.153	6.153
Aquisição do controle societário da FiBrasil	599.084	(372.251)	631.169	—	858.002	(372.251)
Ganho na remensuração da participação societária na aquisição do controle da FiBrasil	—	128.750	—	—	128.750	128.750
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	72.707
Outros resultados abrangentes	(1.740)	5.886	—	(20)	4.126	5.866
Outros	(106)	—	—	—	(106)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.821.249	179.516	631.169	—	2.631.934	420.877
Resultado de equivalência patrimonial	35.580	(1.946)	(5.329)	—	28.305	(1.946)
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Ventures e GUD) e resgate de cotas no Vivo Pay I	(5.890)	859	—	—	(5.031)	859
Investimentos da controlada Vivo Ventures	—	—	—	—	—	4.521
Outros resultados abrangentes	—	(11.012)	—	—	(11.012)	(11.012)
Saldos em 31 de março de 2026	1.850.939	167.417	625.840	—	2.644.196	413.299

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

13.a. Composição e movimentação

Controladora								
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Equipamentos em comodato	Equipamentos terminais	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.759.541	15.989.969	5.504.187	212.327	239.265	462.287	1.628.442	46.796.018
Adições	37.349	448.000	22.131	582	—	44.740	1.211.468	1.764.270
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(958)	(55.921)	(17)	—	—	(6.321)	(3.066)	(66.283)
Transferências líquidas	1.025.223	132.948	300.179	3.017	—	506	(1.461.873)	—
Subarrendamento	—	(16.964)	—	—	—	—	—	(16.964)
Depreciação (nota 25)	(1.096.423)	(997.391)	(548.121)	(45.502)	—	(45.083)	—	(2.732.520)
Saldos em 31 de março de 2025	22.724.732	15.500.641	5.278.359	170.424	239.265	456.129	1.374.971	45.744.521
Adições	103.015	3.136.346	60.334	(48)	—	121.239	4.856.574	8.277.460
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(1.853)	(159.224)	—	—	(643)	(1.756)	(8.055)	(171.531)
Transferências líquidas ⁽²⁾	2.211.296	414.208	1.658.456	15.421	—	(54.602)	(4.246.075)	(1.296)
Subarrendamento	—	(39.530)	—	—	—	—	—	(39.530)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(7.399)	—	—	(1.362)	—	—	(8.761)
Depreciação	(3.338.226)	(3.069.634)	(1.657.822)	(67.539)	—	(75.865)	—	(8.209.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.698.964	15.775.408	5.339.327	118.258	237.260	445.145	1.977.415	45.591.777
Adições	4.346	547.039	31.824	—	—	17.291	1.249.166	1.849.666
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(1.258)	(25.810)	—	—	—	(187)	(7.555)	(34.810)
Transferências líquidas	1.635.147	(41.329)	392.495	30.260	—	8.435	(2.025.008)	—
Subarrendamento	—	(2.261)	—	—	—	—	—	(2.261)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(232)	—	—	—	14	—	(218)
Depreciação (nota 25)	(1.107.254)	(1.038.944)	(570.710)	(15.879)	—	(41.868)	—	(2.774.655)
Saldos em 31 de março de 2026	22.229.945	15.213.871	5.192.936	132.639	237.260	428.830	1.194.018	44.629.499
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	94.841.291	50.078.389	32.920.602	6.585.077	237.260	5.882.621	1.977.415	192.522.655
Depreciação acumulada	(73.142.327)	(34.302.981)	(27.581.275)	(6.466.819)	—	(5.437.476)	—	(146.930.878)
Total	21.698.964	15.775.408	5.339.327	118.258	237.260	445.145	1.977.415	45.591.777
Em 31 de março de 2026								
Custo	96.726.750	50.154.130	33.338.142	6.614.767	237.260	5.805.370	1.194.018	194.070.437
Depreciação acumulada	(74.496.805)	(34.940.259)	(28.145.206)	(6.482.128)	—	(5.376.540)	—	(149.440.938)
Total	22.229.945	15.213.871	5.192.936	132.639	237.260	428.830	1.194.018	44.629.499

Notas Explicativas

Consolidado

	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Equipamentos em comodato	Equipamentos terminais	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.770.806	15.990.041	5.510.213	212.486	239.265	453.959	1.635.611	46.812.381
Adições	36.624	448.889	22.131	592	—	45.972	1.209.330	1.763.538
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(958)	(56.699)	(17)	—	—	(6.321)	(3.066)	(67.061)
Transferências líquidas	1.025.223	132.947	300.179	3.017	—	506	(1.461.872)	—
Subarrendamento	—	(16.964)	—	—	—	—	—	(16.964)
Combinação de negócios - Samauma	—	—	—	—	—	217	—	217
Depreciação (nota 25)	(1.096.989)	(997.287)	(548.121)	(45.514)	—	(47.740)	—	(2.735.651)
Saldos em 31 de março de 2025	22.734.706	15.500.927	5.284.385	170.581	239.265	446.593	1.380.003	45.756.460
Adições	103.532	3.187.322	68.210	(2)	—	125.581	4.860.406	8.345.049
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(1.852)	(161.162)	—	—	(643)	(429)	(8.506)	(172.592)
Transferências líquidas ⁽²⁾	2.210.588	414.207	1.661.805	14.595	—	(54.258)	(4.248.235)	(1.298)
Subarrendamento	—	12.091	—	—	—	—	—	12.091
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(7.399)	—	—	(1.362)	—	—	(8.761)
Combinação de negócios - FiBrasil	—	1.563.540	—	—	818	1.061	114.083	1.679.502
Combinação de negócios - Cyber	2.800	505	—	—	—	990	860	5.155
Depreciação	(3.340.249)	(3.107.821)	(1.658.307)	(67.570)	—	(84.619)	—	(8.258.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.709.525	17.402.210	5.356.093	117.604	238.078	434.919	2.098.611	47.357.040
Adições	5.039	600.950	33.225	—	—	16.977	1.247.236	1.903.427
Baixas líquidas ⁽¹⁾	(1.260)	(25.832)	—	—	—	(187)	(7.881)	(35.160)
Transferências líquidas ⁽²⁾	1.635.155	(41.329)	392.495	30.260	—	8.435	(2.025.816)	(800)
Bens destinados à venda (nota 11)	—	(232)	—	—	—	14	—	(218)
Depreciação (nota 25)	(1.108.500)	(1.102.398)	(570.709)	(16.966)	—	(45.368)	—	(2.843.941)
Saldos em 31 de março de 2026	22.239.959	16.833.369	5.211.104	130.898	238.078	414.790	1.312.150	46.380.348
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	94.868.938	52.291.576	32.937.369	6.585.887	238.078	6.078.455	2.098.611	195.098.914
Depreciação acumulada	(73.159.413)	(34.889.366)	(27.581.276)	(6.468.283)	—	(5.643.536)	—	(147.741.874)
Total	21.709.525	17.402.210	5.356.093	117.604	238.078	434.919	2.098.611	47.357.040
Em 31 de março de 2026								
Custo	96.755.096	52.423.463	33.356.310	6.615.577	238.078	6.000.891	1.312.150	196.701.565
Depreciação acumulada	(74.515.137)	(35.590.094)	(28.145.206)	(6.484.679)	—	(5.586.101)	—	(150.321.217)
Total	22.239.959	16.833.369	5.211.104	130.898	238.078	414.790	1.312.150	46.380.348

(1) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$25.808 e R\$213.077 em 2026 e 2025, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento (nota 13.c).

(2) Os saldos totais referem-se às transferências entre classes de ativos imobilizados e intangíveis (nota 14.a).

Notas Explicativas

13.b. Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.c.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50%	a 66,67%	2,50%	a 66,67%	2,50%	a 66,67%	2,50%	a 66,67%
Infraestrutura	2,50%	a 20,00%	2,50%	a 20,00%	2,50%	a 50,00%	2,50%	a 50,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e <i>modems</i>)	20,00%	a 50,00%	20,00%	a 50,00%	20,00%	a 50,00%	20,00%	a 50,00%
Equipamentos terminais	10,00%	a 25,00%	10,00%	a 25,00%	10,00%	a 50,00%	10,00%	a 50,00%
Outros ativos imobilizados	10,00%	a 25,00%	10,00%	a 25,00%	10,00%	a 25,00%	10,00%	a 25,00%

13.c. Arrendamentos (Direitos de Uso)

A seguir, apresentamos a movimentação e os saldos consolidados dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.a).

	Infraestrutura	Equipamentos de comutação e transmissão	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.989.228	253.131	5.259	13.247.618
Adições	439.493	35.233	35.862	510.588
Subarrendamento (nota 13.a)	(16.964)	—	—	(16.964)
Depreciação	(883.432)	(25.283)	(4.739)	(913.454)
Cancelamentos de contratos	(55.318)	(840)	—	(56.158)
Saldos em 31 de março de 2025	12.473.007	262.241	36.382	12.771.630
Adições	3.068.882	93.024	27.643	3.189.549
Subarrendamento (nota 13.a)	12.091	—	—	12.091
Depreciação	(2.731.621)	(64.569)	(13.774)	(2.809.964)
Cancelamentos de contratos	(157.759)	(210)	—	(157.969)
Combinação de negócios – FiBrasil	110.330	—	—	110.330
Combinação de negócios – Cyber	380	—	—	380
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.775.310	290.486	50.251	13.116.047
Adições	545.358	1.732	—	547.090
Depreciação	(938.662)	(18.958)	(4.519)	(962.139)
Cancelamentos de contratos	(25.808)	—	(110)	(25.918)
Saldos em 31 de março de 2026	12.356.198	273.260	45.622	12.675.080
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	32.014.344	638.473	193.117	32.845.934
Depreciação acumulada	(19.239.034)	(347.987)	(142.866)	(19.729.887)
Total	12.775.310	290.486	50.251	13.116.047
Em 31 de março de 2026				
Custo	32.469.745	640.205	192.209	33.302.159
Depreciação acumulada	(20.113.547)	(366.945)	(146.587)	(20.627.079)
Total	12.356.198	273.260	45.622	12.675.080

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação dos direitos de uso.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
Infraestrutura	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %	2,36 %	a 92,31 %
Equipamentos de comutação e transmissão	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %	10,00 %	a 66,67 %
Outros ativos imobilizados	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %	26,09 %	a 37,50 %

13.d. Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$9.402 e R\$9.675, respectivamente.

14. INTANGÍVEL

14.a. Composição e movimentação

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
		Ágio ⁽¹⁾	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.262.978	13.595.254	6.568.617	484.179	85.793	30.736	826.247	47.853.804	
Adições	—	—	28	—	—	—	615.595	615.623	
Transferências líquidas	—	—	813.327	—	—	—	(813.327)	—	
Amortização (nota 25)	—	(329.568)	(594.859)	(21.051)	(27.406)	(652)	—	(973.536)	
Saldos em 31 de março de 2025	26.262.978	13.265.686	6.787.113	463.128	58.387	30.084	628.515	47.495.891	
Adições	—	—	1.883	—	—	—	2.241.857	2.243.740	
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	2.081.793	—	—	—	(2.080.497)	1.296	
Amortização	—	(988.708)	(1.872.776)	(63.154)	(19.285)	(1.953)	—	(2.945.876)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26.262.978	12.276.978	6.998.013	399.974	39.102	28.131	789.875	46.795.051	
Adições	—	—	655	—	—	—	687.476	688.131	
Baixas líquidas	—	—	(80)	—	—	—	—	(80)	
Transferências líquidas	—	—	853.336	—	—	—	(853.336)	—	
Amortização (nota 25)	—	(329.569)	(671.126)	(21.051)	(3.806)	(651)	—	(1.026.203)	
Saldos em 31 de março de 2026	26.262.978	11.947.409	7.180.798	378.923	35.296	27.480	624.015	46.456.899	
Em 31 de dezembro de 2025									
Custo	26.262.978	29.772.875	33.520.865	1.658.897	4.536.912	269.557	789.875	96.811.959	
Amortização acumulada	—	(17.495.897)	(26.522.852)	(1.258.923)	(4.497.810)	(241.426)	—	(50.016.908)	
Total	26.262.978	12.276.978	6.998.013	399.974	39.102	28.131	789.875	46.795.051	
Em 31 de março de 2026									
Custo	26.262.978	29.772.875	34.359.150	1.658.897	4.536.912	269.557	624.015	97.484.384	
Amortização acumulada	—	(17.825.466)	(27.178.352)	(1.279.974)	(4.501.616)	(242.077)	—	(51.027.485)	
Total	26.262.978	11.947.409	7.180.798	378.923	35.296	27.480	624.015	46.456.899	

Notas Explicativas

Consolidado

	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Softwares em andamento	Total
	Ágio ⁽¹⁾	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.565.135	13.595.254	6.586.840	496.172	122.126	68.305	827.815	48.261.647
Adições	—	—	28	—	—	—	615.593	615.621
Transferências líquidas	—	—	813.327	—	—	—	(813.327)	—
Combinação de negócios – Samauma	59.597	—	6	4.222	—	9.346	—	73.171
Amortização (nota 25)	—	(329.568)	(596.096)	(21.836)	(29.183)	(2.642)	—	(979.325)
Saldos em 31 de março de 2025	26.624.732	13.265.686	6.804.105	478.558	92.943	75.009	630.081	47.971.114
Adições	—	—	52.157	—	—	—	2.242.037	2.294.194
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	2.082.183	(80)	(102)	(205)	(2.080.498)	1.298
Combinação de negócios – Samauma	(21.007)	—	—	1.238	—	11.944	—	(7.825)
Combinação de negócios – IPNET	1.960	—	—	—	(130)	(172)	—	1.658
Combinação de negócios – FiBrasil	631.169	—	42.203	445	3.836	—	—	677.653
Combinação de negócios – Cyber	—	—	1.228	—	—	—	—	1.228
Amortização	—	(988.708)	(1.880.714)	(66.053)	(24.587)	(10.800)	—	(2.970.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.236.854	12.276.978	7.101.162	414.108	71.960	75.776	791.620	47.968.458
Adições	—	—	4.120	—	—	—	687.055	691.175
Baixas líquidas	—	—	(80)	—	—	—	—	(80)
Transferências líquidas ⁽²⁾	—	—	854.314	—	—	—	(853.514)	800
Amortização (nota 25)	—	(329.569)	(679.021)	(22.024)	(5.733)	(3.527)	—	(1.039.874)
Saldos em 31 de março de 2026	27.236.854	11.947.409	7.280.495	392.084	66.227	72.249	625.161	47.620.479
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	27.236.854	29.772.875	33.811.189	1.679.752	4.583.991	336.367	791.620	98.212.648
Amortização acumulada	—	(17.495.897)	(26.710.027)	(1.265.644)	(4.512.031)	(260.591)	—	(50.244.190)
Total	27.236.854	12.276.978	7.101.162	414.108	71.960	75.776	791.620	47.968.458
Em 31 de março de 2026								
Custo	27.236.854	29.772.875	34.653.117	1.679.752	4.583.991	336.367	625.161	98.888.117
Amortização acumulada	—	(17.825.466)	(27.372.622)	(1.287.668)	(4.517.764)	(264.118)	—	(51.267.638)
Total	27.236.854	11.947.409	7.280.495	392.084	66.227	72.249	625.161	47.620.479

(1) Referem-se às operações da Santo Genovese Participações (2004); Spanish e Figueira (2006); Telefônica Televisão Participações (2008); Vivo Participações (2011); GVT Participações (2015), Garliava e Vita IT (2022), Vale Saúde (2023), IPNET (2024), Samauma e FiBrasil (2025).

(2) Os saldos totais referem-se às transferências entre classes de ativos intangíveis e imobilizado (nota 13.a).

14.b. Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de amortização.

Descrição	Controladora			Consolidado				
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
Licenças	3,60 % a	24,00 %	3,60 % a	24,00 %	3,60 % a	24,00 %	3,60 % a	24,00 %
Softwares	20,00%		20,00%		20,00%		20,00%	
Marcas	5,13%		5,13%		5,13 % a	23,53 %	5,13% a	23,53%
Carteira de clientes	10,00 % a	12,50 %	10,00 % a	12,50 %	10,00 % a	20,69 %	10,00 % a	20,69 %
Outros intangíveis	20,00%		20,00%		16,67 % a	25,00 %	16,67 % a	25,00 %

Notas Explicativas

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Encargos e benefícios sociais	628.923	568.166	713.748	645.291
Participação de empregados nos resultados	183.594	489.023	197.974	533.219
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	146.950	151.325	150.559	154.736
Salários e remunerações	31.426	42.914	87.656	94.518
Outros	—	—	32.231	31.611
Total	990.893	1.251.428	1.182.168	1.459.375
Circulante	945.338	1.171.475	1.103.539	1.346.202
Não circulante	45.555	79.953	78.629	113.173

16. FORNECEDORES

A Companhia e/ou suas controladas não possuem acordos de financiamento com fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	8.769.181	8.354.699	9.423.583	9.020.559
Partes relacionadas (nota 28)	646.957	604.018	311.659	319.751
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	293.517	291.670	293.519	291.670
Interconexão / interligação	203.680	229.314	203.680	229.314
Total	9.913.335	9.479.701	10.232.441	9.861.294

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fistel ⁽¹⁾	7.159.933	6.147.772	7.159.933	6.147.772
ICMS	1.385.059	1.332.544	1.473.620	1.417.412
PIS e COFINS	219.191	215.904	242.615	233.775
Fust e Funttel	109.175	106.635	109.175	106.635
Outros tributos	192.590	175.821	208.540	191.812
Total	9.065.948	7.978.676	9.193.883	8.097.406
Circulante	1.535.160	1.467.678	1.591.560	1.516.170
Não circulante	7.530.788	6.510.998	7.602.323	6.581.236

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2020 a 2025 que estão com a exigibilidade suspensa, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sendo que não há perspectiva de conclusão do julgamento no curto prazo. O montante está classificado como passivo não circulante e atualizado pela Selic.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO ("JSCP")

O artigo nº 8 da Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, alterou o inciso 2º do artigo nº 9 da Lei nº 9.249, de 25 de dezembro de 1995, passando a alíquota do imposto de renda na fonte sobre os JSCP de 15% para 17,5% na data do pagamento ou do crédito ao beneficiário. A vigência desta alteração iniciou a partir de 1º de janeiro de 2026.

Notas Explicativas

18.a. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

18.a.1. Composição

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Telefônica	1.180.154	1.002.973
Telefônica Latinoamérica Holding	1.132.828	962.667
Telefônica Chile	—	1.481
Acionistas não controladores	905.004	807.423
Total	3.217.986	2.774.544

18.a.2. Movimentação

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo no início do exercício	2.774.544	2.237.090
JSCP intermediários estimados (líquidos de IRRF)	433.125	323.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(384)	(137)
IRRF estimado sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	10.701	3.882
Saldos em 31 de março	3.217.986	2.563.835
JSCP intermediários estimados (líquidos de IRRF)		2.541.500
Prescrição de dividendos e JSCP		(150.553)
Pagamentos de dividendos e JSCP		(2.187.265)
IRRF estimado sobre acionistas isentos/imunes de JSCP		7.027
Saldo no final do exercício		2.774.544

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

19. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias, regulatórias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Notas Explicativas

19.a. Composição e movimentação

Em 31 de março de 2026, as naturezas e as composições das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos são as mesmas da nota explicativa 20) Provisões e Contingências, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos.

	Controladora								
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento	Provisão para desmantelamento	Valores a restituir a clientes	Total
	Tributária	Regulatório	Cível	Trabalhista	Passivo contingente (PPA)				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.862.501	1.151.095	1.406.253	891.398	1.053.512	41.005	408.949	90.663	6.905.376
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	29.880	(7.252)	65.486	100.490	(6.300)	5.490	(3.878)	(90.663)	93.253
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	—	(172.320)	—	—	—	—	1.832	—	(170.488)
Baixas por pagamento	(4.848)	(384)	(105.314)	(91.664)	—	(20)	—	—	(202.230)
Atualização monetária (nota 27)	34.828	13.587	37.485	57.487	23.479	—	1.516	—	168.382
Saldos em 31 de março de 2025	1.922.361	984.726	1.403.910	957.711	1.070.691	46.475	408.419	—	6.794.293
Ingressos (reversões), líquidos	76.490	23.294	190.369	276.987	(16.508)	(2.194)	(19.374)	—	529.064
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(75.119)	—	—	—	—	—	8.170	—	(66.949)
Baixas por pagamento	(57.407)	(9.778)	(285.126)	(422.594)	—	(2.331)	—	—	(777.236)
Atualização monetária, líquida	102.670	75.720	120.173	149.938	87.949	—	12.713	—	549.163
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.968.995	1.073.962	1.429.326	962.042	1.142.132	41.950	409.928	—	7.028.335
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	16.115	(4.720)	111.809	52.791	(7.307)	(4.614)	(1.530)	—	162.544
Outros ingressos (reversões)	—	—	—	—	—	—	2.614	—	2.614
Baixas por pagamento	(30.437)	(4.676)	(74.653)	(86.636)	—	(658)	—	—	(197.060)
Atualização monetária (nota 27)	8.999	9.118	52.651	33.082	49.655	—	1.711	—	155.216
Saldos em 31 de março de 2026	1.963.672	1.073.684	1.519.133	961.279	1.184.480	36.678	412.723	—	7.151.649
Em 31 de dezembro de 2025									
Circulante	79.768	55.651	745.614	659.582	—	41.950	—	—	1.582.565
Não circulante	1.889.227	1.018.311	683.712	302.460	1.142.132	—	409.928	—	5.445.770
Total	1.968.995	1.073.962	1.429.326	962.042	1.142.132	41.950	409.928	—	7.028.335
Em 31 de março de 2026									
Circulante	81.198	60.271	803.442	650.223	—	36.678	—	—	1.631.812
Não circulante	1.882.474	1.013.413	715.691	311.056	1.184.480	—	412.723	—	5.519.837
Total	1.963.672	1.073.684	1.519.133	961.279	1.184.480	36.678	412.723	—	7.151.649

Notas Explicativas

Consolidado

	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA)	Provisão para cancelamento de contratos de arrendamento	Provisão para desmantelamento	Valores a restituir a clientes	Total
	Tributária	Regulatório	Cível	Trabalhista					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.022.987	1.151.095	1.411.141	935.541	1.075.139	41.005	412.214	90.663	7.139.785
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	29.873	(7.252)	65.677	100.222	(6.300)	5.490	(5.232)	(90.663)	91.815
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	—	(172.320)	—	3	(1.745)	—	1.832	—	(172.230)
Baixas por pagamento	(4.848)	(384)	(105.562)	(92.560)	—	(20)	—	—	(203.374)
Combinação de negócios – Samauma	4.189	—	—	4.572	2.368	—	—	—	11.129
Atualização monetária (nota 27)	36.842	13.587	37.240	57.985	23.852	—	1.517	—	171.023
Saldos em 31 de março de 2025	2.089.043	984.726	1.408.496	1.005.763	1.093.314	46.475	410.331	—	7.038.148
Ingressos (reversões), líquidos	76.708	23.294	192.309	277.772	(20.440)	(2.194)	(20.688)	—	526.761
Outros ingressos (reversões) ⁽¹⁾	(75.119)	—	—	(1)	1.745	—	8.170	—	(65.205)
Baixas por pagamento	(57.609)	(9.778)	(287.052)	(426.509)	(1.544)	(2.331)	—	—	(784.823)
Combinação de negócios – IPNET	(38.123)	—	—	(24.795)	—	—	—	—	(62.918)
Combinação de negócios – Samauma	595	—	—	(3.999)	94	—	—	—	(3.310)
Combinação de negócios – FiBrasil	—	—	—	1.528	24.065	—	—	—	25.593
Combinação de negócios – Cyber	1.663	—	—	158	—	—	—	—	1.821
Atualização monetária	107.913	75.720	120.912	148.635	89.401	—	12.711	—	555.292
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.105.071	1.073.962	1.434.665	978.552	1.186.635	41.950	410.524	—	7.231.359
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	16.114	(4.720)	111.975	52.841	(7.307)	(4.614)	(1.530)	—	162.759
Outros ingressos (reversões)	—	—	—	—	—	—	2.614	—	2.614
Baixas por pagamento	(30.437)	(4.676)	(74.943)	(87.017)	—	(658)	—	—	(197.731)
Atualização monetária (nota 27)	10.887	9.118	52.342	33.032	49.926	—	1.711	—	157.016
Saldos em 31 de março de 2026	2.101.635	1.073.684	1.524.039	977.408	1.229.254	36.678	413.319	—	7.356.017
Em 31 de dezembro de 2025									
Circulante	89.274	55.651	749.193	662.626	8.166	41.950	596	—	1.607.456
Não circulante	2.015.797	1.018.311	685.472	315.926	1.178.469	—	409.928	—	5.623.903
Total	2.105.071	1.073.962	1.434.665	978.552	1.186.635	41.950	410.524	—	7.231.359
Em 31 de março de 2026									
Circulante	90.982	60.271	806.946	652.782	8.671	36.678	596	—	1.656.926
Não circulante	2.010.653	1.013.413	717.093	324.626	1.220.583	—	412.723	—	5.699.091
Total	2.101.635	1.073.684	1.524.039	977.408	1.229.254	36.678	413.319	—	7.356.017

(1) Em 2025 ocorreram eventos relevantes nas movimentações das provisões tributárias e regulatórias: (i) tributárias: pela adesão da Companhia a programas de anistia tributária em vários estados da Federação, com ganhos pela reversão de despesas operacionais de provisão para contingências de R\$25.638 (nota 26), ganhos pela reversão de despesas financeiras de atualização monetária de provisões para contingências de R\$65.990 (nota 27) e assunção de dívida de R\$75.119 (nota 20) e; (ii) regulatórias: pela adesão ao programa Desenrola.

Notas Explicativas

19.b. Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisões	1.963.672	1.968.995	2.101.635	2.105.071
Federais	712.539	700.738	848.834	835.180
Estaduais	417.826	494.960	419.494	496.594
Municipais	134.602	132.899	134.602	132.899
FUST	698.705	640.398	698.705	640.398
Contingências possíveis	50.854.537	50.649.037	51.322.299	51.086.071
Federais	4.456.616	5.775.198	4.485.334	5.803.304
Estaduais	34.796.356	33.476.863	34.796.931	33.477.423
Municipais	417.627	428.867	827.136	808.770
FUST, FUNTTEL e FISTEL	11.183.938	10.968.109	11.212.898	10.996.574

19.b.1. Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) compensação de FINSOCIAL; (iv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (v) INSS e risco acidentário do trabalho ("RAT").

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de internet (dados); (vi) crédito de CIAP; (vii) substituição tributária; (viii) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF; e (ix) multa por descumprimento de obrigação acessória.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal relativas a ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

19.b.2. Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatório (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) Stock Options exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de swap; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “Fixed access unit” (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, intercompany e operações de crédito; (vii) exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS; e (viii) glosa de créditos de PIS e COFINS.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) co-billing; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) creditamento de bens destinados ao ativo imobilizado e transferências destes bens entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) discussões sobre a ativação de recargas no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) assinatura mensal com discussão sobre franquias de minutos; e (xxi) multa por descumprimento de obrigação acessória.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.308.158 e R\$6.166.037 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Notas Explicativas

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.395.251 e R\$2.344.915 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.509.489 e R\$2.485.622 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

19.c. Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Controladora / Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Provisões	1.073.684	1.073.962
Contingências possíveis	3.241.381	3.237.934

19.c.1. Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são:

- **Ônus:** Especificamente em relação ao pagamento de onerosidade aplicada ao Serviço Móvel Pessoal - SMP (ônus do SMP), existe um contencioso que discute quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável no ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis tanto na ANATEL em 2021, quanto na 1ª instância na justiça. Apesar da Companhia ter conseguido a reforma de uma das sentenças desfavoráveis, com o julgamento do Recurso de Apelação da Companhia em 2ª instância, tal decisão não é definitiva, tendo a ANATEL já recorrido. Além disso, a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL, a partir de 2022, razão pela qual entende-se que, por hora, tal provisão deverá ser mantida.
- **Direito Geral dos Usuários (“DGU”):** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas aos direitos dos usuários de serviços de telecomunicações, com relação às matérias relativas ao Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (“RGC”), aprovado pela Resolução nº 632/2014, em especial no que tange à oferta de serviços, cobrança de valores, contestações, ressarcimento, entre outros.

Notas Explicativas

- **Qualidade:** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões judiciais com relação aos serviços de telecomunicações oriundos das outorgas de SMP, SeAC e SCM, no que tange ao cumprimento dos indicadores que medem a qualidade desses serviços em âmbito nacional, a partir do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações ("RQUAL"), aprovado pela Resolução nº 717/2019.
- **Relação entre Prestadoras:** A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais afetas à relação regulatória com outras prestadoras de serviços de telecomunicações no que tange à interconexão, EILD, e fornecimento de outros produtos de atacado.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$987.614 e R\$989.545 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Outros casos:

- A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais referentes a outros temas, como, por exemplo, interrupções dos serviços, obrigações regulatórias diversas, Ações Cíveis Públicas, dentre outras.
- Em 1º de outubro de 2024, a Companhia tomou ciência da instauração de um Procedimento de Acompanhamento e Controle ("PAC") de Ressarcimento para acompanhar o cumprimento da obrigação de reparação a consumidores identificados em um Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que está em tramitação.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$86.070 e R\$84.417 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

19.c.2. Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, sendo estes alguns dos casos relevantes dessa carteira de:

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item c.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de SMP, tal como interconexão, SVA, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL. Em julho de 2024, o Conselho Diretor da ANATEL julgou o PAC referente ao cálculo de ônus do biênio 2016, atinente à prorrogação da radiofrequência associada ao SMP, cujo resultado foi parcialmente favorável à Companhia, na medida em que decidiu pela inclusão dos termos de menor abrangência na metodologia de cálculo, resultando em uma redução de valores. Nessa linha, a ANATEL já procedeu com o recálculo dos biênios de 2017, 2018 e 2022, para fazer constar os efeitos da decisão, restando os demais pendentes de recálculo por parte da ANATEL. Avalia-se que com prognóstico de perda possível do ônus do SMP o valor de aproximadamente R\$1.186.295 e R\$1.182.102 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.
- Em 2026, houve o ingresso de R\$34.853 em razão do protocolo da declaração de ônus do SMP referente ao biênio 2025/2026, no PAC nº 53500.099440/2025-06, referente a rubricas que a Companhia entende como controversas e são objeto de disputa com a ANATEL.

Notas Explicativas

- Processo judicial da Companhia para anular decisão do CADE, que entendeu que as operadoras (Claro, Oi Móvel e a Companhia) praticaram conduta anticompetitiva ao compor o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como que houve suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda (“BT”), aplicando multa no valor de R\$28.394, cujos montantes atualizados eram de R\$42.449 e R\$43.260 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente. Tal ação tem o objetivo de buscar a anulação da referida sanção, fundamentada especialmente em (i) a ausência de ilicitude na formação de consórcio para participação em licitação pública; (ii) ausência de tipicidade e impossibilidade de sancionamento por analogia e; (iii) ausência de critérios claros para o cálculo da sanção e a falta de razoabilidade. O processo está em primeira instância aguardando sentença.
- O PADO que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R\$127.741, cujos montantes atualizados eram de R\$188.806 e R\$184.486 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, pôde ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *ran sharing*, *swap*, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de anuência pela ANATEL, o cumprimento já realizado quanto à ativação e manutenção de estações rádio base dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- Em 1º de outubro de 2024, a Companhia tomou ciência da instauração de um Procedimento de Acompanhamento e Controle (“PAC”) de Ressarcimento para acompanhar o cumprimento da obrigação de reparação a consumidores identificados em um Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADO”) que está em tramitação, cujos valores atualizados eram de R\$41.663 e R\$40.524 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$1.494.066 e R\$1.450.372 em e 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Além dos casos específicos acima, a Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais ordinários e mandados de segurança que discutem, majoritariamente, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, principalmente em relação aos mesmos temas descritos na nota 19.c.1., sendo: Direito Geral dos Usuários (“DGU”), Qualidade, Metas de Cobertura e Relação entre Prestadoras. Os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.294.041 e R\$1.315.968 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

Outros casos:

- A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais referentes a outros temas, como, por exemplo: interrupções dos serviços, obrigações regulatórias diversas, irregularidade técnica, pagamento de preço público pela aquisição de radiofrequência, indenização pela desocupação das faixas de frequência outrora outorgadas ao MMDS, Ações Cíveis Públicas, dentre outras.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atreladas a suspensão de serviços, não aumento de tarifas, reparos e manutenção de postes, e que não envolvem valor financeiro determinado, considerando que, na fase processual atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos ainda aguardam julgamento nos respectivos tribunais.

Os montantes consolidados nos temas acima destacados totalizavam R\$453.274 e R\$471.594 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 respectivamente.

Notas Explicativas

19.d. Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisões	1.519.133	1.429.326	1.524.039	1.434.665
Contingências possíveis	1.858.841	1.799.895	1.876.235	1.815.801

19.d.1. Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$124.901 e R\$133.322, respectivamente.
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista individual na esfera judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$253.762 e R\$250.015, respectivamente.
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista coletiva e não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes consolidados provisionados eram de R\$1.145.376 e R\$1.051.328, respectivamente.

19.d.2. Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Notas Explicativas

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por royalties, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, os pedidos foram julgados improcedentes. Sobreveio a interposição de apelação pelas partes. Em 1º de fevereiro de 2023, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (“TJDFT”) julgou os recursos de apelação interpostos e, à unanimidade, negou-lhes provimento, mantendo a sentença de improcedência. A Lune opôs, então, embargos de declaração, também desprovidos. Na sequência, foi interposto Recurso Especial pela Lune, não conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça. Sobreveio a interposição de agravo interno pela Lune, ainda não julgado. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. Com a criação do TRF da 6ª Região, a ação civil pública que, originalmente tramitou em Uberlândia/MG, foi remetida ao novo TRF, que negou provimento à remessa necessária, mantendo incólume a improcedência dos pedidos formulados pelo MPF, tendo a decisão do TRF da 6ª região já se tornado definitiva. Quanto à ação civil pública, que, originalmente, tramitou em Belém/PA, o próprio MPF, autor da ação, se manifestou recentemente no processo concordando com o pedido de da Companhia para a extinção da ação, em razão da coisa julgada formada em ação coletiva anterior, com objeto idêntico, o que foi reconhecido pelo tribunal. A Companhia está acompanhando a certificação do trânsito em julgado dessa ação. No que se refere à ação civil pública proposta pela OAB/SP em face da União Federal, ANATEL e operadoras, proferida sentença de extinção da ação. Não houve interposição de recurso por parte da OAB/SP, entretanto, considerando tratar-se de caso com duplo grau de jurisdição os autos foram para o Tribunal Regional Federal da terceira região, recebido na vice-presidência.

19.e. Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisões	961.279	962.042	977.408	978.552
Contingências possíveis	1.126.601	1.132.609	1.144.096	1.151.825

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E OUTROS CREDORES

Em 31 de março de 2026, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, são as mesmas da nota explicativa 21. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Outros Credores, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

20.a. Composição

	Consolidado					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos (a.1)	4.814.965	10.217.313	15.032.278	4.883.176	10.549.678	15.432.854
Debêntures (a.2)	94.035	2.921.459	3.015.494	161.453	2.905.512	3.066.965
Empréstimos e financiamentos	283.605	1.539.032	1.822.637	304.235	1.542.627	1.846.862
Licenças 5G	70.500	987.007	1.057.507	68.932	965.032	1.033.964
Passivos pela aquisição de sociedades	43.018	238.941	281.959	42.251	234.048	276.299
Programa de anistia tributária	138.658	227.027	365.685	158.295	247.010	405.305
Instituições financeiras	1.993	474	2.467	2.200	1.474	3.674
Outros credores	29.436	85.583	115.019	32.557	95.063	127.620
Total	5.192.605	14.677.804	19.870.409	5.348.864	14.997.817	20.346.681

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R\$), exceto pelo contrato de mútuo celebrado em 26 de setembro de 2024, entre a controlada da Companhia - CloudCo Brasil e a Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefónica), que foi contratado em moeda estrangeira (euros).

20.a.1. Arrendamentos

As taxas médias anuais ponderadas consolidadas dos contratos de arrendamento eram de 12,69% e 12,92%, com prazos médios de vencimento de 4,82 anos e 4,86 anos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Valor nominal a pagar	20.035.425	20.692.942
Despesa financeira não realizada	(5.003.147)	(5.260.088)
Valor presente a pagar	15.032.278	15.432.854
Circulante	4.814.965	4.883.176
Não circulante	10.217.313	10.549.678

Notas Explicativas

20.a.2. Debêntures

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”)), que permite sua classificação como “*Sustainability-linked*”, nos termos exigidos pela *International Capital Market Association nos Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

As debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado, padrão para esse tipo de oferta, conforme disposto na cláusula 6.30 de “Vencimento Antecipado” da Escritura de Emissão (“Escritura”), de forma automática ou não, tais como: (i) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na Escritura, não sanado nos prazos previstos na Escritura; (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia na forma prevista na Escritura; (iii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, na forma prevista na Escritura; (iv) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações financeiras da Companhia no âmbito do mercado financeiro e operações de mercado de capitais, local ou internacional, nos termos previstos na Escritura; (v) realizar a distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às debêntures; (vi) transferência, pela Companhia, por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridos ou assumidos nos documentos relativos às debêntures; (vii) redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto se para (a) absorção de prejuízos ou (b) distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, até o limite de 15% do capital social da Companhia, de forma individual ou agregada, na data de assinatura da Escritura de Emissão; e (viii) alienação de, ou constituição de ônus ou gravames sobre, ativos operacionais relevantes da Companhia, desde que representem, de forma individual ou agregada, 15% ou mais do ativo total da Companhia, com base nas Demonstrações Periódicas imediatamente anteriores à data do evento.

O não cumprimento de qualquer um dos *covenants* acima poderia resultar em inadimplemento sob a escritura da debenture, o que teria um efeito adverso material na situação financeira da Companhia. Estas cláusulas são rigorosamente acompanhadas pela Companhia, visando assegurar a conformidade com as obrigações contratuais e garantir a continuidade da debenture e manutenção da situação financeira da Companhia.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todos os *covenants* aplicáveis foram cumpridos pela Companhia.

Em 15 de abril de 2024, a FiBrasil emitiu em série única debêntures simples no valor de R\$865.000, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, nos termos da Escritura de Emissão e do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não possuem qualquer garantia real ou pessoal adicional. Foram emitidas 865.000 debêntures com o valor unitário nominal de R\$1.000,00 (mil reais). O prazo total das debêntures é de 10 anos, com vencimento em abril de 2034, com valor nominal sujeito à atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Os pagamentos dos valores atualizados serão feitos em 5 parcelas anuais consecutivas, com início em abril de 2030 e término em abril de 2034.

Os juros remuneratórios das debêntures incidirão à taxa de 7,36% ao ano, calculados com base de 252 dias úteis, sobre o valor nominal atualizado das debêntures, corrigido pela variação do IPCA. O pagamento dos juros será efetuado semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em outubro de 2024 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures, em abril de 2034.

Com relação aos *covenants*, conforme escritura desta emissão, o indicador financeiro Dívida Líquida/EBITDA, deverá ser inferior ou igual a 3,5x.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todos os *covenants* aplicáveis foram cumpridos pela FiBrasil.

Notas Explicativas

20.b. Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado							Total
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Instituições financeiras	Outros credores	
13 a 24 meses	3.469.744	2.000.000	70.500	70.620	105.155	474	75.794	5.792.287
25 a 36 meses	2.680.523	—	70.500	37.527	105.155	—	9.789	2.903.494
37 a 48 meses	1.878.582	—	70.500	94.055	16.717	—	—	2.059.854
49 a 60 meses	979.093	184.292	70.500	36.739	—	—	—	1.270.624
A partir de 61 meses	1.209.371	737.167	705.007	—	—	—	—	2.651.545
Total	10.217.313	2.921.459	987.007	238.941	227.027	474	85.583	14.677.804

20.c. Movimentações

	Consolidado							
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Outros credores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.246.606	3.695.214	1.004.970	4.886	233.349	444.362	117.143	20.746.530
Ingressos, com efeitos em caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	—	—	20.000	20.000
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	510.588	—	—	—	—	—	228.442	739.030
Variação cambial (nota 27)	—	—	—	—	—	—	(1.642)	(1.642)
Encargos financeiros / Fair value (nota 27)	413.878	115.712	21.769	158	5.190	11.450	8.392	576.549
Liquidação pela compensação de depósito judicial	—	—	—	—	—	(38.745)	—	(38.745)
Combinação de negócios - Samauma	—	—	—	11.921	58.000	—	—	69.921
Baixas (cancelamento de contratos)	(57.351)	—	—	—	—	—	—	(57.351)
Baixas (pagamentos) de principal	(842.943)	—	—	(751)	(3.792)	(20.112)	(2.094)	(869.692)
Baixas (pagamentos) de encargos	(405.842)	(210.154)	—	(158)	(67)	(3.334)	(5.655)	(625.210)
Saldos em 31 de março de 2025	14.864.936	3.600.772	1.026.739	16.056	292.680	393.621	364.586	20.559.390
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	3.189.549	—	—	—	—	129.766	(62.227)	3.257.088
Variação cambial	—	—	—	—	—	—	1.885	1.885
Encargos financeiros / Fair value	1.289.967	316.230	76.157	490	11.110	29.039	25.510	1.748.503
Combinação de negócios - Samauma	—	—	—	738	(13.549)	—	—	(12.811)
Combinação de negócios - FiBrasil	82.533	904.164	—	—	—	—	—	986.697
Combinação de negócios - CyberCo Brasil	—	—	—	—	16.332	—	—	16.332
Baixas (cancelamento de contratos)	(164.526)	—	—	—	—	—	—	(164.526)
Baixas (pagamentos) de principal	(2.479.088)	(1.500.000)	(46.437)	(12.995)	(26.717)	(115.599)	(181.496)	(4.362.332)
Baixas (pagamentos) de encargos	(1.350.517)	(254.201)	(22.495)	(615)	(3.557)	(31.522)	(20.638)	(1.683.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.432.854	3.066.965	1.033.964	3.674	276.299	405.305	127.620	20.346.681
Ingressos, sem efeitos em caixa e equivalentes de caixa	547.090	—	—	—	—	—	—	547.090
Variação cambial (nota 27)	—	—	—	—	—	—	(3.496)	(3.496)
Encargos financeiros / Fair value (nota 27)	447.558	108.138	23.543	95	5.660	9.776	6.268	601.038
Baixas (cancelamento de contratos)	(22.388)	—	—	—	—	—	—	(22.388)
Baixas (pagamentos) de principal	(924.023)	—	—	(1.207)	—	(36.254)	(9.795)	(971.279)
Baixas (pagamentos) de encargos	(448.813)	(159.609)	—	(95)	—	(13.142)	(5.578)	(627.237)
Saldos em 31 de março de 2026	15.032.278	3.015.494	1.057.507	2.467	281.959	365.685	115.019	19.870.409

Notas Explicativas

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Passivos contratuais (contratos com clientes) ⁽¹⁾	813.908	771.870	1.110.463	1.078.029
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados ⁽²⁾	54.716	56.121	55.257	56.130
Subvenções governamentais	881	1.180	881	1.180
Licenças de software (revenda) ⁽³⁾	—	—	244.505	159.506
Outras	7.818	7.828	7.809	7.820
Total	877.323	836.999	1.418.915	1.302.665
Circulante	739.317	711.283	1.182.081	1.076.293
Não circulante	138.006	125.716	236.834	226.372

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e rooftops) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(3) Referem-se aos montantes de revenda de licenças de *software* da controlada indireta TIS.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Redução de capital da Companhia, líquido de IRRF (nota 23) ⁽¹⁾	91.093	91.093	91.093	91.093
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23) ⁽²⁾	824.443	824.723	824.443	824.723
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	792.672	777.083	802.408	786.546
Obrigações com a ANATEL ⁽³⁾	1.032.988	995.457	1.032.988	995.457
Retenções de terceiros ⁽⁴⁾	240.642	205.231	261.722	229.176
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	140.459	146.536	132.069	138.628
Obrigações com clientes - restituição	92.994	103.230	99.170	108.166
Outras obrigações	129.648	105.111	130.715	106.476
Total	3.344.939	3.248.464	3.374.608	3.280.265
Circulante	1.557.454	1.508.894	1.577.568	1.531.414
Não circulante	1.787.485	1.739.570	1.797.040	1.748.851

(1) Refere-se aos processos de redução de capital da Companhia (nota 23.a.).

(2) Refere-se aos processos de grupamento e desdobramento de ações da Companhia (nota 23.a.).

(3) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP).

(4) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.a. Capital social

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), artigo 166, inciso IV o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Notas Explicativas

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

23.a.1) Redução de Capital da Companhia

As informações sobre as reduções de capital da Companhia, ocorridas e eficazes em 4 de abril de 2024 (R\$1.500.000) e 17 de fevereiro de 2025 (R\$2.000.000), são as mesmas da nota explicativa 24.a.1) Redução de Capital da Companhia, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Das reduções de capital mencionadas acima, na data de encerramento destas ITRs individuais e consolidadas, a Companhia já havia pago R\$3.408.907 aos titulares das ações identificados, remanescendo o montante de R\$91.093 que permanecerão à disposição destes acionistas pelo prazo prescricional.

Em Fato Relevante divulgado em 12 de março de 2026, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a AGE aprovou naquela data a proposta de redução do capital social da Companhia, no valor de R\$4.000.000, sem o cancelamento de ações e mediante a restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., mantendo-se inalterado o número de ações emitidas e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia ("Redução"). Por consequência, o capital social da Companhia será alterado de R\$60.071.416 para R\$56.071.416.

A Redução implicará em uma restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional, do valor de R\$1,25171862845 por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando um total de 3.195.606.352 ações ordinárias em que se divide o seu capital social, excluídas as 30.940.270 ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2025.

O valor por ação ordinária foi calculado com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2025, e, em razão do programa de recompra de ações da Companhia, o referido valor poderá sofrer alterações considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 22 de maio de 2026, sendo que após esta data, as ações de emissão da Companhia serão consideradas ex-direitos da restituição.

A Redução se tornará efetiva após o transcurso de 60 dias contados a partir da publicação da ata da AGE citada anteriormente, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

Os recursos decorrentes da Redução serão pagos em única parcela, no dia 14 de julho de 2026, conforme definido pela Diretoria da Companhia, de forma individualizada a cada acionista e na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia.

23.a.2) Grupamento e desdobramento de ações da Companhia

As informações sobre o Grupamento e Desdobramento de ações da Companhia, são as mesmas da nota explicativa 24.a.2) Grupamento e Desdobramento de ações da Companhia, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Do grupamento e desdobramento de ações, mencionados acima, a data de encerramento destas ITRs individuais e consolidadas, a Companhia já havia pago R\$124.911 aos titulares das frações de ações identificados, remanescendo o montante de R\$824.443 à disposição dos titulares não identificados ou com dados cadastrais incompletos. Estes valores não estão sujeitos a atualização monetária.

Notas Explicativas

Composição do Capital da Companhia

O capital social subscrito e integralizado era de R\$60.071.416 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	2.488.480.640	77,13 %	2.488.480.640	77,13 %
Telefónica	1.268.797.680	39,33 %	1.268.797.680	39,33 %
Telefónica Latinoamérica Holding	1.219.682.960	37,80 %	1.217.810.000	37,74 %
Telefónica Chile	—	— %	1.872.960	0,06 %
Outros acionistas	707.125.712	21,91 %	707.125.712	21,91 %
Ações em tesouraria	30.940.270	0,96 %	30.940.270	0,96 %
Total de ações emitidas	3.226.546.622	100,00 %	3.226.546.622	100,00 %
Ações em tesouraria	(30.940.270)		(30.940.270)	
Total de ações em circulação	3.195.606.352		3.195.606.352	
Valor patrimonial por ação em circulação:				
Em 31 de março de 2026			R\$	21,75
Em 31 de dezembro de 2025			R\$	21,51

Em 24 de fevereiro de 2026, a Telefónica Latinoamérica Holding adquiriu a participação acionária que a Telefónica Chile detinha da Companhia.

23.b. Programa de recompra de ações

Em 20 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou: (i) o encerramento, em 20 de fevereiro de 2026, do programa de recompra de ações de emissão da Companhia anteriormente em vigor (que fora aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025). Durante a vigência de referido programa, foram adquiridas 49.613.856 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais 34.740.770 foram canceladas em 24 de julho de 2025, sendo que o restante poderá ser mantido em tesouraria, cancelado ou alienado; e (ii) a criação de um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para os anos de 2026 e 2027.

O novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado em 20 de fevereiro de 2026, tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com a finalidade de incrementar valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra das ações será efetuada mediante a utilização de recursos disponíveis em reserva estatutária de lucros, podendo ser utilizado, ainda, o resultado apurado no exercício social em curso, nos termos do artigo 8º, § 1º, incisos I e II da Resolução CVM nº 77/2022. Observado o limite dos recursos disponíveis nos termos da Resolução CVM nº 77/2022, o valor máximo a ser utilizado no programa é de R\$1 bilhão.

Este programa teve início de vigência a partir de 23 de fevereiro de 2026 e terminará em 22 de fevereiro de 2027.

No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia não efetuou a recompra de ações ordinárias.

23.c. Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos desta rubrica eram de R\$(110.078) em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

23.d. Reservas de lucro

As informações das reservas de lucro são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item d, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, exceto pelas transferências de incentivos fiscais de R\$(7.382).

Os saldos desta rubrica eram de R\$8.742.734 e R\$8.735.352 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente.

23.e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

23.e.1. Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2026

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia, foram declarados juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Resolução CVM nº 143/2022. Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 2027, conforme segue:

Datas					
Aprovação	Crédito	Limite do pagamento	Valor bruto	Valor líquido	Valor líquido por ação
12.02.2026	23.02.2026	30.04.2027	325.000	268.125	0,08390426431
13.03.2026	25.03.2026	30.04.2027	200.000	165.000	0,05163339342
Total			525.000	433.125	

Os valores líquidos demonstrados no quadro acima, consideram a alíquota padrão de 17,5%, podendo sofrer alterações em razão de tratados internacionais, imunidades e isenções tributárias, países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.

23.e.2. Juros sobre o Capital Próprio de 2025

Os detalhes das destinações do resultado são os mesmos divulgados na nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item e.1), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em 23 de fevereiro de 2026, a Companhia comunicou aos acionistas que sua Diretoria Estatutária deliberou fixar a data de 14 de abril de 2026, para o pagamento dos JSCP que foram declarados em 2025, conforme abaixo:

Datas					
Aprovação	Crédito	Valor bruto	Valor líquido	Valor líquido por ação	
01.04.2025	11.04.2025	240.000	204.000	0,06296133934	
12.05.2025	22.05.2025	500.000	425.000	0,13116945695	
12.06.2025	23.06.2025	200.000	170.000	0,05264314492	
14.07.2025	25.07.2025	330.000	280.500	0,08715426995	
14.08.2025	25.08.2025	250.000	212.500	0,06624319750	
11.09.2025	22.09.2025	400.000	340.000	0,10608541339	
14.10.2025	27.10.2025	380.000	323.000	0,10078114272	
13.11.2025	24.11.2025	340.000	289.000	0,09035622247	
16.12.2025	29.12.2025	350.000	297.500	0,09309657299	
Total		2.990.000	2.541.500		

Notas Explicativas

Os valores líquidos demonstrados no quadro acima, consideram a alíquota padrão de 15,0%, podendo sofrer alterações em razão de tratados internacionais, imunidades e isenções tributárias, países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.

As informações sobre os valores por ação referentes aos JSCP declarados em 1º de abril de 2025 (quadro acima), correspondem ao valor total líquido por ação considerando os efeitos pró-forma do Grupamento e Desdobramento de ações da Companhia efetivados em 15 de abril de 2025. A Companhia ressalta que as informações apresentadas refletem os efeitos do Grupamento e Desdobramento e possuem caráter meramente ilustrativo e informativo, tendo por finalidade conferir maior clareza e acessibilidade às informações disponibilizadas aos acionistas considerando a atual estrutura acionária da Companhia, bem como facilitar a comparabilidade com as informações dos anos anteriores. Dessa forma, referidas informações não alteram nem impactam as comunicações relativas a resultados ou proventos anteriormente divulgadas. O valor líquido por ação dos JSCP declarados em 1º de abril de 2025 foi R\$0,12592267868, sem considerar os efeitos pró-forma do Grupamento e Desdobramento de ações.

Em AGO realizada em 16 de abril de 2026, foram aprovadas as contas dos administradores, bem como foram examinadas, discutidas e votadas as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e Controle, do Parecer do Conselho Fiscal e da proposta de destinação do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

23.f. Ajustes de avaliação patrimonial

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de ganhos ou perdas e de tributos, quando aplicável.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das informações trimestrais da Aliança (controle conjunto).

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de instrumentos patrimoniais (ações).

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

	Controladora / Consolidado			
	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Ativos financeiros a valor justo	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	81.142	(9.287)	—	71.855
Perdas com conversão	(5.073)	—	—	(5.073)
Perdas com derivativos	—	—	(213)	(213)
Perdas com ativos financeiros a valor justo	—	(4)	—	(4)
Saldos em 31 de março de 2025	76.069	(9.291)	(213)	66.565
Ganhos com conversão	5.886	—	—	5.886
Perdas com derivativos	—	—	(47.382)	(47.382)
Perdas com ativos financeiros a valor justo	—	(16)	—	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	81.955	(9.307)	(47.595)	25.053
Perdas com conversão	(11.012)	—	—	(11.012)
Ganhos com derivativos	—	—	53.148	53.148
Saldos em 31 de março de 2026	70.943	(9.307)	5.553	67.189

A seguir, demonstramos as movimentações consolidadas dos resultados abrangentes e suas respectivas contrapartidas nos grupos do balanço patrimoniais e da demonstração de resultado, quando aplicável:

Notas Explicativas

		Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Ativos financeiros a valor justo	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025					
		81.955	(9.307)	(47.595)	25.053
Perdas com a conversão de investimentos em empresa de controle conjunto sediada no exterior	Investimentos - Balanço patrimonial	(11.012)	—	—	(11.012)
Efeitos de valor justo	Operações com derivativos - Balanço patrimonial	—	—	73.789	73.789
Baixas de instrumentos cobertos	Operações com derivativos - Resultado operacional	—	—	6.738	6.738
IR e CS Diferidos	IR e CS Diferidos - Balanço patrimonial	—	—	(27.379)	(27.379)
Saldos em 31 de março de 2026					
		70.943	(9.307)	5.553	67.189

23.g. Participação de acionistas não controladores

	FiBrasil	Vivo Ventures	CloudCo Brasil	Total
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025				
Companhia	1.233.653	244.649	75.194	1.553.496
Acionistas não controladores	200.829	4.993	75.161	280.983
Aportes de capital no patrimônio líquido no período				
Companhia	—	4.110	—	4.110
Acionistas não controladores	—	84	—	84
Movimentos em resultado no período				
Companhia	(6.780)	(963)	(2.254)	(9.997)
Acionistas não controladores ⁽¹⁾	(2.260)	(19)	(2.253)	(4.532)
Patrimônio líquido em 31 de março de 2026				
Companhia	1.226.873	247.796	72.940	1.547.609
Acionistas não controladores	198.569	5.058	72.908	276.535

23.h. Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

	Trimestre findo em	
	31.03.2026	31.03.2025
Lucro líquido da Companhia (Controladora)	1.261.083	1.058.212
Participação de acionistas não controladores	(4.532)	(1.942)
IoTCO Brasil	—	1.066
FiBrasil	(2.260)	—
Vivo Ventures	(19)	117
CloudCo Brasil	(2.253)	(3.125)
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	1.256.551	1.056.270

Notas Explicativas

23.i. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos períodos. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora	
	Trimestre findo em	
	31.03.2026	31.03.2025
Lucro líquido do período	1.261.083	1.058.212
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	3.195.606	3.244.868
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	0,39	0,33

Nos termos da norma contábil IAS 33 / CPC 41 – Resultado por ação, se o número de ações ordinárias aumentar como resultado de desdobramento de ações ou diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados deve ser ajustado retrospectivamente. Nesse contexto, a quantidade média ponderada de ações em circulação e o resultado básico e diluído por ação em circulação do período comparativo (31 de março de 2025), originalmente apresentados como 1.622.434 e R\$0,65, respectivamente, estão sendo reapresentados, para aplicação dos ajustes retrospectivos das premissas dos processos de grupamento e desdobramento de ações descritos na nota 23.a 2).

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em			
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita operacional bruta	20.769.947	19.100.246	21.672.196	19.809.263
Serviços ⁽¹⁾	18.534.708	17.196.553	19.343.347	17.867.162
Mercadorias ⁽²⁾	2.235.239	1.903.693	2.328.849	1.942.101
Deduções da receita operacional bruta	(6.068.008)	(5.340.320)	(6.215.181)	(5.418.990)
Tributos	(2.896.641)	(2.740.624)	(3.040.541)	(2.821.503)
Serviços	(2.472.682)	(2.388.076)	(2.599.647)	(2.454.344)
Mercadorias	(423.959)	(352.548)	(440.894)	(367.159)
Descontos concedidos e devoluções	(3.171.367)	(2.599.696)	(3.174.640)	(2.597.487)
Serviços	(2.604.703)	(2.034.016)	(2.604.742)	(2.034.016)
Mercadorias	(566.664)	(565.680)	(569.898)	(563.471)
Receita operacional líquida	14.701.939	13.759.926	15.457.015	14.390.273
Serviços	13.457.323	12.774.461	14.138.958	13.378.802
Mercadorias	1.244.616	985.465	1.318.057	1.011.471

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, simcards, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Notas Explicativas

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora								
Trimestre findo em								
	31.03.2026				31.03.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(2.336.885)	(1.788.077)	(302.728)	(4.427.690)	(2.365.344)	(1.615.577)	(266.753)	(4.247.674)
Depreciação e amortização	(3.151.313)	(432.417)	(217.128)	(3.800.858)	(3.066.475)	(424.558)	(215.023)	(3.706.056)
Pessoal	(275.120)	(848.564)	(384.126)	(1.507.810)	(270.967)	(859.319)	(292.429)	(1.422.715)
Custo das mercadorias vendidas	(1.252.265)	—	—	(1.252.265)	(1.039.635)	—	—	(1.039.635)
Impostos, taxas e contribuições	(503.569)	(10.318)	(12.044)	(525.931)	(513.034)	(8.867)	(15.366)	(537.267)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(399.805)	—	(399.805)	—	(342.360)	—	(342.360)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(411.170)	(18.509)	(12.310)	(441.989)	(293.144)	(19.712)	(11.793)	(324.649)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(22.122)	(47.783)	(11.501)	(81.406)	(20.587)	(43.482)	(16.305)	(80.374)
Total	(7.952.444)	(3.545.473)	(939.837)	(12.437.754)	(7.569.186)	(3.313.875)	(817.669)	(11.700.730)

Consolidado								
Trimestre findo em								
	31.03.2026				31.03.2025			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	(2.798.007)	(1.771.515)	(315.728)	(4.885.250)	(2.726.035)	(1.615.119)	(284.878)	(4.626.032)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(3.224.249)	(434.683)	(224.883)	(3.883.815)	(3.070.452)	(428.003)	(216.521)	(3.714.976)
Pessoal	(358.139)	(881.671)	(427.710)	(1.667.520)	(343.678)	(880.352)	(323.644)	(1.547.674)
Custo das mercadorias vendidas	(1.278.913)	—	—	(1.278.913)	(1.065.547)	—	—	(1.065.547)
Impostos, taxas e contribuições	(530.557)	(11.151)	(11.973)	(553.681)	(515.512)	(8.868)	(16.294)	(540.674)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	—	(434.614)	—	(434.614)	—	(384.057)	—	(384.057)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão ⁽²⁾	(302.164)	(17.222)	(14.560)	(333.946)	(293.167)	(19.106)	(12.877)	(325.150)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(22.483)	(40.319)	(11.915)	(74.717)	(21.491)	(43.165)	(17.156)	(81.812)
Total	(8.514.512)	(3.591.175)	(1.006.769)	(13.112.456)	(8.035.882)	(3.378.670)	(871.370)	(12.285.922)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$962.139 e R\$913.454 para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.c).

(2) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão. Inclui também, os valores de arrendamentos de pequeno valor de R\$1.112 e R\$1.208, para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

Notas Explicativas

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em			
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Multas e despesas recuperadas	151.072	128.691	152.033	129.155
Provisões para demandas judiciais (nota 19)	(168.688)	(182.304)	(168.903)	(182.220)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽¹⁾	(590)	(64.281)	(2.178)	(62.614)
Total	(18.206)	(117.894)	(19.048)	(115.679)
Outras receitas operacionais	151.072	128.691	152.033	129.155
Outras despesas operacionais	(169.278)	(246.585)	(171.081)	(244.834)
Total	(18.206)	(117.894)	(19.048)	(115.679)

(1) Os valores de 2026 incluem um ganho líquido de R\$86.322 pela venda de cobre, decorrente do processo em andamento da substituição da rede de cabos de cobre para uma rede de fibra óptica da Companhia, possibilitada pela migração do regime de concessão do STFC para o regime privado de autorização do STFC, concluída em 11 de abril de 2025.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em			
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas Financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	60.417	55.902	81.053	58.576
Receitas de aplicações financeiras	231.874	201.675	251.377	214.895
Receitas com variações cambiais e monetárias	56.095	77.481	71.699	80.668
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	—	—	3.496	1.642
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	34.061	80.722	32.817	79.961
Outras receitas financeiras	40.602	87.658	38.033	88.407
Total	423.049	503.438	478.475	524.149
Despesas Financeiras				
Encargos de financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) ⁽¹⁾	(553.824)	(566.454)	(601.038)	(576.549)
Despesas com variações monetárias de provisões para demandas judiciais (nota 19)	(153.505)	(166.866)	(155.305)	(169.506)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(101.334)	(89.004)	(142.115)	(100.482)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(231.486)	(169.690)	(231.161)	(170.198)
Despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(15.322)	(30.005)	(20.012)	(29.792)
Outras despesas financeiras	(45.235)	(44.922)	(49.319)	(46.820)
Total	(1.100.706)	(1.066.941)	(1.198.950)	(1.093.347)
Resultado financeiro, líquido	(677.657)	(563.503)	(720.475)	(569.198)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$447.558 e R\$413.878 para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 20.c).

Notas Explicativas

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

28.a. Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e referem-se a:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefónica.
- b) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica.
- c) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
- d) Serviços compartilhados, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
- g) Plataforma *Adquira Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- h) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
- i) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming*.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional
- l) Alienação de bens
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Aluguel de prédios, circuito de dados ou infraestrutura.

Conforme descrito na nota 30. a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

Empresas	Natureza da transação	Balço Patrimonial - Ativo					
		31.03.2026			31.12.2025		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Controladoras							
Telefónica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	—	—	1.647	—
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	—	—	2.669	—	—	2.199
Telefónica, S.A.	d)	—	4.369	108	—	4.369	111
		—	4.369	2.777	—	6.016	2.310
Outras empresas do grupo							
Telefónica Global Solutions Participações, Ltda	a) / d) / e) / f) / j) / n)	—	1.135	156	—	1.430	354
Telefónica Venezolana, C.A.	d) / k)	—	—	4.941	—	10.537	5.197
Terra Networks Mexico SA de CV	e)	—	1.474	—	—	1.174	—
Telefónica Global Solutions, S.L.U.	f) / k)	—	20.288	—	—	23.441	—
Telefónica Innovación Digital, S.L.	d)	—	—	11.147	—	—	9.608
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda	d)	—	—	834	—	—	669
Telfisa Global B.V.	i)	9.082	—	—	16.694	—	—
Telxius Cable Brasil Ltda	a) / d) / e) / f)	—	6.043	328	—	2.539	321
Wayra Brasil Desenvolvedora e Apoiadora de Projetos Ltda	d)	—	—	916	—	—	1.037
Celular De Telefonía SA de CV	d)	—	—	2.510	—	—	2.582
Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A.	d)	—	—	2.014	—	—	1.598
Telefónica Hispanoamérica, S.A.	d)	—	—	2.041	—	—	2.077
Outras		—	2.749	2.734	—	5.155	718
		9.082	31.689	27.621	16.694	44.276	24.161
Total		9.082	36.058	30.398	16.694	50.292	26.471
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		9.082	—	—	16.694	—	—
Contas a receber (nota 5)		—	36.058	—	—	50.292	—
Outros ativos (nota 11)		—	—	30.241	—	—	26.317
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		—	—	157	—	—	154

Notas Explicativas

Empresas	Natureza da transação	Balança Patrimonial - Passivo			
		31.03.2026		31.12.2025	
		Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
Telefónica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	900	—
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	394	—	—	1.205
Telefónica, S.A.	d) / e) / m)	9.493	119.291	11.490	124.541
		9.887	119.291	12.390	125.746
Outras empresas do grupo					
Telefónica Global Solutions Participações, Ltda	d) / e) / f) / k)	54.221	318	60.099	318
Telefónica Compras Electrónicas, S.L.	g)	39.312	—	31.253	—
Telefónica Innovación Digital, S.L.	h)	62.177	—	38.503	—
Telefónica Venezolana, C.A.	d) / k)	102	1.653	11.037	1.742
Telefónica Global Solutions, S.L.U.	e) / f) / j) / k)	32.932	—	54.769	—
Telxius Cable Brasil Ltda	d) / f) / l)	21.203	10.354	44.993	10.354
Companhia AIX Participações Ltda	c)	—	55.923	2.867	60.481
Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A.	h)	44.655	—	33.477	—
Telefónica Global Technology S.A.	e)	19.366	—	1.750	—
Outras		27.804	454	28.613	468
		301.772	68.702	307.361	73.363
Total		311.659	187.993	319.751	199.109
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 16)		311.659	—	319.751	—
Arrendamento (nota 20)		—	29.001	—	25.608
Outros passivos (nota 22)		—	131.482	—	138.026
Passivo não circulante					
Arrendamento (nota 20)		—	26.923	—	34.873
Outros passivos (nota 22)		—	587	—	602

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados					
		Trimestre findo em					
		31.03.2026			31.03.2025		
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Controladoras							
Telefónica Móviles Chile, S.A.	k)	—	—	—	1.174	(884)	—
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	d)	—	131	(15)	—	130	190
Telefónica, S.A.	d) / e) / m)	—	(140.370)	7.577	—	(134.940)	14.923
		—	(140.239)	7.562	1.174	(135.694)	15.113
Outras empresas do grupo							
Telefónica Global Solutions Participações, Ltda	a) / d) / e) / f) / k) / j) / n)	1.658	(18.569)	—	1.618	(11.827)	—
Telefónica Compras Electrónicas, S.L.	g)	—	(10.159)	—	—	(11.591)	—
Telefónica Innovación Digital, S.L.	d) / e) / h)	—	(59.217)	3.795	—	(58.250)	2.141
Telefónica factoring do Brasil Ltda	b) / d)	3	976	—	3	(2.029)	(2.331)
Telefónica Global Technology	e)	—	(15.497)	39	—	(17.390)	103
Telefónica Global Solutions, S.L.U.	e) / f) / j) / k)	6.937	(19.239)	(289)	8.000	(14.649)	(206)
Telxius Cable Brasil Ltda	a) / d) / e) / f) / l)	3.390	(31.868)	2.350	2.189	(69.758)	(661)
Telefónica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda	a) / d) / e) / n)	—	—	—	347	(63.410)	—
Companhia AIX Participações Ltda	a) / c)	15	—	(1.751)	64	—	(2.508)
Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A.	d) / h)	—	(34.138)	2.017	—	(32.303)	3.819
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A.	a) / c) / d) / e) / f) / j) / n)	—	—	—	3.401	(102.411)	2.325
Telefónica Móviles Argentina, S.A.	k)	—	—	—	4.226	(2.603)	482
Telefónica Venezolana, C.A.	d) / k)	1	(25)	2.475	1	(30)	(268)
Outras		823	(14.077)	(2)	1.793	(16.966)	705
		12.827	(201.813)	8.634	21.642	(403.217)	3.601
Total		12.827	(342.052)	16.196	22.816	(538.911)	18.714

28.b. Remuneração dos administradores

Os montantes consolidados de remuneração pagos pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários foram de R\$22.520 e R\$25.166 para os trimestres findos 31 de março de 2026 e 2025, respectivamente. Destes montantes, R\$11.439 (R\$14.034 em 31 de março de 2025) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$11.081 (R\$11.132 em 31 de março de 2025) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Os passivos dos planos são reconhecidos ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data do encerramento do exercício até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com pessoal (benefícios a empregados), nota 25. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente.

Notas Explicativas

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* (“TFSP”) e *Performance Share Plan* (“PSP”)), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A Companhia aprovou planos de incentivo (*Performance Share Plan* (“PSP VIVO”) via unidades de performance, com liquidação em caixa. Os participantes farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de uma ação de emissão da Companhia (VIVT3) (“Unidade” e “Ação”). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de uma Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 30) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os ciclos dos referidos planos em vigor em 31 de março de 2026 eram:

Planos	Público (Dirigentes e Empregados)	Potencial de ações da Companhia a receber
Talent for the Future Share Plan (“TFSP”) - nível global		
Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas		
Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025)	139 executivos ativos	280.050
Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	136 executivos ativos	250.500
Ciclo 2025-2027 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	130 executivos ativos	233.500
Performance Share Plan (“PSP”) - nível global		
Vice-Presidentes e Diretores		
Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025)	89 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	868.810
Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	106 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	978.531
Ciclo 2025-2027 (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	118 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	1.005.932
Performance Share Plan (“PSP VIVO”) - nível local		
Vice-Presidentes e Diretores		
Ciclo 2023-2025: (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025)	88 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	808.778
Ciclo 2024-2026: (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026)	105 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	778.830
Ciclo 2025-2027: (1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027)	117 executivos ativos (incluindo 5 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia)	1.041.419

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados dos passivos dos planos de remuneração em ações, incluindo tributos, eram de R\$150.559 e R\$154.736, respectivamente.

Notas Explicativas

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, CloudCo Brasil, Cyber e FiBrasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
Visão Multi e Visão Telefônica	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, CloudCo Brasil, Cyber e FiBrasil

Os detalhes sobre os planos informados acima são os mesmos divulgados na nota 31) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

seguir, apresentamos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	157.046	(728.559)	(571.513)
Custo do serviço corrente	(238)	(2.302)	(2.540)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	(4.248)	(20.206)	(24.454)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	254	7.961	8.215
Distribuição de superávit – Plano PBS-A (montante bruto)	(18.508)	—	(18.508)
Saldos em 31 de março de 2025	134.306	(743.106)	(608.800)
Custo do serviço corrente	(724)	79.842	79.118
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	22.256	(57.155)	(34.899)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	439	14.109	14.548
Distribuição de superávit – Plano PBS-A (montante bruto)	107.077	—	107.077
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(11.665)	(79.074)	(90.739)
Distribuição de reservas	(68.782)	—	(68.782)
Combinação de negócios - aquisição da FiBrasil	—	(1.162)	(1.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	182.907	(786.546)	(603.639)
Custo do serviço corrente	(203)	(1.762)	(1.965)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	5.111	(21.127)	(16.016)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	216	7.027	7.243
Distribuição de reservas	(28.313)	—	(28.313)
Saldos em 31 de março de 2026	159.718	(802.408)	(642.690)
Em 31 de dezembro de 2025			
Ativo circulante	85.323	—	85.323
Ativo não circulante	97.584	—	97.584
Passivo circulante	—	(27.325)	(27.325)
Passivo não circulante	—	(759.221)	(759.221)
Em 31 de março de 2026			
Ativo circulante	74.447	—	74.447
Ativo não circulante	85.271	—	85.271
Passivo circulante	—	(27.325)	(27.325)
Passivo não circulante	—	(775.083)	(775.083)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

31.a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza contratações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo principal de proteger-se contra riscos de variação da inflação nos contratos de arrendamento indexados ao IPCA, bem como contra riscos cambiais relacionados a passivos em moeda estrangeira. Não são utilizados instrumentos derivativos para fins especulativos, e os riscos cambiais existentes estão devidamente cobertos (hedgeados).

Notas Explicativas

Além disso, a Companhia implementou um programa de *hedge* para mitigar a volatilidade do fluxo de caixa decorrente das oscilações no preço do cobre. Essas operações foram realizadas por meio de contratos de NDFs com vencimentos mensais até 2027, visando proteger parte do volume projetado de vendas. Considerando as características dessas operações e sua aderência às exigências previstas na norma aplicável, a Companhia adotou a metodologia de *hedge accounting*, na modalidade *cash flow hedge*, para estas operações. Em situações em que a transação prevista não é mais esperada, o ganho ou perda acumulado e os custos de *hedge* diferidos anteriormente e reconhecidos no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado financeiro.

A Companhia mantém derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa para proteger a receita futura de cobre prevista para os próximos 24 meses. Os contratos, referenciados ao preço do cobre em reais (LME*PTAX), possuem valor médio contratado de R\$66.923 por tonelada, foram contratados 16Mil toneladas considerando o índice de *hedge* de 0:5 da expectativa de venda.

Os efeitos de *hedge* são reconhecidos em outros resultados abrangentes (reserva de *hedge*) no patrimônio líquido e serão transferidos para o resultado à medida que a receita protegida afetar o desempenho financeiro. Caso a extração não ocorra nas datas previstas, os contratos podem ser rolados por até três vezes. Ultrapassado esse limite, os valores são reclassificados para o resultado financeiro.

A principal fonte de inefetividade é o risco de não extração do cobre nas datas previstas. O teste qualitativo de efetividade em 31 de março de 2026 confirmou que o *hedge* permaneceu efetivo, dada a correlação de 100% entre o item coberto e o derivativo uma vez que os dois possuem o mesmo índice de atualização.

Em 31 de março de 2026, a Companhia não reconheceu despesas de montante material decorrentes de perdas em operações com derivativos no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos ou designados como *hedge* de valor justo em seu portfólio ativo.

31.a.1. Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
			Valor a receber (a pagar)	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	2.227.245	1.945.120	126.932	118.083
Moeda estrangeira	976.541	626.540	214	1.406
US\$(¹)	770.283	509.245	100	1.406
EUR(¹)	106.188	117.295	—	—
NDF US\$(³)	100.070	—	114	—
Taxa pós	267.264	221.461	2.427	—
CDI(¹)	222.273	176.470	2.427	—
Euribor(⁴)	44.991	44.991	—	—
Taxa pré	933.499	1.048.500	13.284	—
NDF Cobre(⁵)	933.499	1.048.500	13.284	—
Índices de inflação	49.941	48.619	111.007	116.677
IPCA(²)	49.941	48.619	111.007	116.677
Ponta Passiva	(2.227.245)	(1.945.120)	(136.465)	(198.658)
Taxa pós	(971.404)	(720.150)	(130.535)	(122.069)
CDI(¹)(²)	(971.404)	(720.150)	(130.535)	(122.069)
Taxa pré	(100.070)	—	(1.390)	—
NDF US\$(³)	(100.070)	—	(1.390)	—
Commodities	(933.499)	(1.048.500)	(4.348)	(72.868)
NDF Cobre(⁵)	(933.499)	(1.048.500)	(4.348)	(72.868)
Moeda estrangeira	(222.272)	(176.470)	(192)	(3.721)
US\$(¹)	(202.104)	(154.230)	(192)	(3.434)
EUR(¹)	(20.168)	(22.240)	—	(287)
Ponta ativa			133.364	16.328
Circulante			93.137	7.706
Não Circulante			40.227	8.622
Ponta passiva			(142.897)	(96.903)
Circulante			(72.190)	(53.044)
Não Circulante			(70.707)	(43.859)
Valores a pagar, líquidos			(9.533)	(80.575)

(1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$86.019) e (dólar e CDI x dólar) (R\$568.180) – operações de swap contratadas com vencimentos até 22 de maio de 2026, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$2.656 a pagar e de R\$519 a pagar, respectivamente).

(2) Swap IPCA x CDI (R\$49.941) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger contra o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$4.123 a pagar).

(3) Operações a termo contratadas (NDF dólar x R\$) (R\$100.070), operações contratadas com vencimentos até 11 de dezembro de 2026 objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$1.276 a pagar).

Notas Explicativas

- (4) Swap euribor x CDI (R\$44.991) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2027 com o objetivo de proteger contra o risco de variação do euribor (valor contábil de R\$9.895 a pagar).
- (5) NDF Cobre x Pré (R\$933.499 - LME em Reais * Toneladas contratadas) – Operações de NDF de cobre contratadas para proteger as receitas futuras de vendas contra a variação do preço do cobre na LME em relação ao Real. (valor contábil R\$8.936 a receber) A operação está designada para hedge de fluxo de caixa.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 31 de março de 2026:

Contrato de swap	Controladora / Consolidado						Valor a receber (pagar) em 31.03.2026
	Vencimento em						
	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 61 meses	
IPCA x CDI	5.679	4.304	4.015	3.289	2.953	(24.363)	(4.123)
Euribor x CDI	—	(9.895)	—	—	—	—	(9.895)
Moeda Estrangeira x CDI	(5.410)	—	—	—	—	—	(5.410)
NDF Cobre x Pré	19.719	(10.783)	—	—	—	—	8.936
NDF US\$ x Pré	(1.276)	—	—	—	—	—	(1.276)
CDI x Moeda Estrangeira	2.235	—	—	—	—	—	2.235
Total	20.947	(16.374)	4.015	3.289	2.953	(24.363)	(9.533)

Para a elaboração destas demonstrações financeiras, a Companhia adota a metodologia de mensuração a valor justo para os swaps de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI, utilizados na cobertura de dívidas financeiras. Nessa abordagem, somente os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo, enquanto as dívidas financeiras relacionadas permanecem registradas pelo custo amortizado.

Adicionalmente, nas operações de NDF de cobre, a Companhia aplica a estratégia de hedge de fluxo de caixa. As variações no valor justo desses derivativos são registradas em Outros Resultados Abrangentes e, à medida que as vendas são realizadas, são reclassificadas para Outras Receitas Operacionais, na demonstração do resultado

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativos de R\$61.062 e R\$41.906, respectivamente (nota 27).

31.a.2. Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

As companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de março de 2026.

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	128.950	161.187	193.425
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(135.639)	(169.549)	(203.459)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	6.735	8.419	10.103
	Exposição Líquida	46	57	69
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	668.224	835.280	1.002.336
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(730.477)	(913.096)	(1.095.715)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	62.851	78.564	94.276
	Exposição Líquida	598	748	897
<i>Hedge</i> de Cobre (ponta passiva)	Derivativos (Risco alta do Cobre)	(4.348)	(5.435)	(8.152)
Receita futura de Cobre	Dívidas (Risco queda do Cobre)	4.348	5.435	8.152
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	25.662	24.282	14.737
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(25.662)	(24.282)	(14.737)
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda Euribor)	9.895	12.369	14.843
Opex em Euribor	Opex (Risco aumento Euribor)	(9.895)	(12.369)	(14.843)
	Exposição Líquida	—	—	—
<i>Hedge</i> (ponta CDI)				
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	192	201	197
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(29.785)	(37.231)	(44.678)
	Exposição líquida	(29.593)	(37.030)	(44.481)
	Exposição líquida total em cada cenário	(28.949)	(36.225)	(43.515)
	Efeito líquido na variação do valor justo atual	—	(7.276)	(14.566)

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2026, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos e o item protegido de estruturas designadas sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo, foram considerados pelo seu valor justo.

Notas Explicativas

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de março de 2026 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,22	6,52	7,83
EUR	6,00	7,50	8,99
IPCA	5,17 %	6,51 %	7,86 %
IGPM	1,05 %	1,31 %	1,58 %
CDI	14,65 %	18,31 %	21,98 %
Euribor	1,96 %	2,46 %	2,95 %
Preço do Cobre (Tonelada) - US\$	12.160	15.200	18.240

31.b. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo, sendo: (i) Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração; (ii) Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

Notas Explicativas

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		8.595.713	6.538.941	8.595.713	6.538.941
Contas a receber (nota 5)	1		9.755.215	10.082.818	9.755.215	10.082.818
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	92.848	7.605	92.848	7.605
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		152.846	192.472	152.846	192.472
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil (nota 11)	1		52	1.821	52	1.821
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		106.092	100.293	106.092	100.293
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		67.379	40.934	67.379	40.934
Contas a receber (nota 5)	1		349.040	241.571	349.040	241.571
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	39.304	6.147	39.304	6.147
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		274.009	280.619	274.009	280.619
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil (nota 11)	1		45.009	45.009	45.009	45.009
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		55.814	58.952	55.814	58.952
Total de ativos financeiros			19.533.321	17.597.182	19.533.321	17.597.182
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	1		9.913.335	9.479.701	9.913.335	9.479.701
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		209.159	227.226	209.159	227.226
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	4.793.661	4.861.423	4.793.661	4.861.423
Debêntures (nota 20.a)	1		66.206	150.438	66.206	150.438
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23.a)	1		824.443	824.723	824.443	824.723
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	65.437	4.938	65.437	4.938
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	5.553	47.595	5.553	47.595
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		103.130	83.558	103.130	83.558
Redução de capital da Companhia (nota 22)	1		91.093	91.093	91.093	91.093
Valores a restituir a clientes (nota 22)	1		92.994	103.230	92.994	103.230
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		139.641	145.706	139.641	145.706
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		1.214.034	1.212.043	1.214.034	1.212.043
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	10.163.903	10.493.488	10.163.903	10.493.488
Debêntures (nota 20.a)	1		2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	59.889	35.428	59.889	35.428
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		929.858	911.899	929.858	911.899
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		818	830	818	830
Total de passivos financeiros			30.673.154	30.673.319	30.673.154	30.673.319

Notas Explicativas

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		9.063.090	7.032.339	9.063.090	7.032.339
Aplicações financeiras (nota 4)	1		88.748	99.102	88.748	99.102
Contas a receber (nota 5)	1		10.302.438	10.619.617	10.302.438	10.619.617
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	93.137	7.706	93.137	7.706
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		152.846	192.472	152.846	192.472
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		30.241	26.317	30.241	26.317
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		67.801	41.308	67.801	41.308
Contas a receber (nota 5)	1		391.100	283.502	391.100	283.502
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	40.227	8.622	40.227	8.622
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		274.009	280.619	274.009	280.619
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		157	154	157	154
Total de ativos financeiros			20.503.794	18.591.758	20.503.794	18.591.758
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	1		10.232.441	9.861.294	10.232.441	9.861.294
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		283.605	304.235	283.605	304.235
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	4.814.965	4.883.176	4.814.965	4.883.176
Debêntures (nota 20.a)	1		94.035	161.453	94.035	161.453
Grupamento e desdobramento de ações (nota 23.a)	1		824.443	824.723	824.443	824.723
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	66.637	5.449	66.637	5.449
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	3	Nível 2	5.553	47.595	5.553	47.595
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		103.130	83.558	103.130	83.558
Redução de capital da Companhia (nota 22)	1		91.093	91.093	91.093	91.093
Valores a restituir a clientes (nota 22)	1		99.170	108.166	99.170	108.166
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		131.482	138.026	131.482	138.026
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20.a)	1		1.539.032	1.542.627	1.539.032	1.542.627
Arrendamentos (nota 20.a)	2	Nível 2	10.217.313	10.549.678	10.217.313	10.549.678
Debêntures (nota 20.a)	1		2.921.459	2.905.512	2.921.459	2.905.512
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31.a)	2	Nível 2	70.707	43.859	70.707	43.859
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	1		929.858	911.899	929.858	911.899
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	1		587	602	587	602
Total de passivos financeiros			32.425.510	32.462.945	32.425.510	32.462.945

Classificação por categoria: (1) Custo amortizado; (2) Mensurado a valor justo por meio do resultado; e (3) Mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

31.c. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

Notas Explicativas

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros credores e instrumentos financeiros derivativos líquidos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (FIDC Vivo Pay e SCD), contrato de mútuo com a controlada CloudCo Brasil e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Pay).

31.d. Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

31.d.1. Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações, sendo: (i) US\$127.912 mil e €21.485 mil e £13 mil a pagar em 31 de março de 2026; e (ii) US\$64.147 mil, €21.529 mil e £5 mil a pagar em 31 de dezembro de 2025, para minimizar seus riscos cambiais.

31.d.2. Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$9.000.221 e R\$6.945.770 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

31.d.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados inclui os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

Notas Explicativas

Com objetivo de minimizar o risco de liquidez e garantir o cumprimento das obrigações, a política de investimento do caixa livre da Companhia prioriza instrumentos indexados ao CDI (taxa pós fixada), com liquidez diária e contrapartes cujo *rating* de crédito e/ou seu "*balance scorecard*" indique baixo risco de crédito. Além disso, a política de investimento estabelece limites de diversificação para contrapartes, o que traz maior confiabilidade sobre a capacidade da Companhia honrar seus compromissos de pagamento.

31.d.4. Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados referente a prestação de serviços e venda de aparelhos e equipamentos a seus clientes B2C e B2B e rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes e constante análise de risco. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Para a base de clientes móveis na modalidade pré-pago, a qual requer carregamento antecipado, não há risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

31.d.5. Risco de taxa de câmbio e de commodity

A Companhia está exposta às oscilações da taxa de câmbio atrelado ao risco de *commodity* decorrentes da receita futura das vendas de cobre, uma vez que tanto o preço internacional do metal quanto a cotação da moeda estrangeira podem impactar o valor a receber. Variações adversas nesses mercados podem reduzir a receita em reais e aumentar a volatilidade dos resultados.

Para mitigar esses riscos, foram contratadas operações de *hedge* com derivativos financeiros, destinadas a proteger simultaneamente a exposição cambial e a exposição ao preço do cobre. Essas operações visam manter maior previsibilidade no fluxo de caixa do projeto e minimizar os impactos das oscilações de mercado.

O montante coberto, correspondente a 16 mil toneladas, é ajustado conforme a dinâmica das vendas previstas e a evolução das condições do mercado, garantindo alinhamento contínuo entre o volume protegido e a exposição efetiva da Companhia.

31.d.6. Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de março de 2026, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$106.000 para responsabilidade civil geral.

A Administração da Companhia considera a cobertura de seguro suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento consolidadas dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025.

	Saldos em 31 de dezembro de 2025	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			Saldos em 31 de março de 2026
		Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.774.544	(384)	—	—	—	443.826	3.217.986
Empréstimos e financiamentos	1.846.862	(47.256)	(18.815)	41.846	—	—	1.822.637
Arrendamentos	15.432.854	(924.023)	(448.813)	447.558	524.702	—	15.032.278
Debêntures	3.066.965	—	(159.609)	108.138	—	—	3.015.494
Grupamento e desdobramento de ações	824.723	(280)	—	—	—	—	824.443
Reembolso aos acionistas - Redução de capital	91.093	—	—	—	—	—	91.093
Instrumentos financeiros derivativos	80.575	(51.575)	(6.738)	(12.729)	—	—	9.533
Total	24.117.616	(1.023.518)	(633.975)	584.813	524.702	443.826	24.013.464

	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			Saldos em 31 de março de 2025	
		Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos	Combinação de negócios		Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.237.090	—	(137)	—	—	—	—	326.882	2.563.835
Empréstimos e financiamentos	1.804.710	20.000	(26.749)	(9.214)	45.317	189.697	69.921	—	2.093.682
Arrendamentos	15.246.606	—	(842.943)	(405.842)	413.878	453.237	—	—	14.864.936
Debêntures	3.695.214	—	—	(210.154)	115.712	—	—	—	3.600.772
Instrumentos financeiros derivativos	(6.095)	—	(37.230)	(8)	42.238	—	—	—	(1.095)
Total	22.977.525	20.000	(907.059)	(625.218)	617.145	642.934	69.921	326.882	23.122.130

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

33.a. Compromissos contratuais

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de março de 2026, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

Períodos	Consolidado
1 a 12 meses	1.083.284
13 a 24 meses	949.195
25 a 36 meses	952.757
37 a 48 meses	934.017
49 a 60 meses	705.152
A partir de 61 meses	1.501.849
Total(1)	6.126.254

(1) Inclui R\$1.589.411, referente a contratos de prestação de serviços de segurança com a Telefónica Cybersecurity Tech, S.L.U. ("CyberCo") e suas subsidiárias, empresas do Grupo Telefónica.

Notas Explicativas

33.b. Garantias

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas tinham garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia ⁽¹⁾	31.203.994
Cartas fiança ⁽²⁾	10.053.619
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	2.995.933
Imóveis e equipamentos (nota 13.d)	9.402
Aplicações financeiras - Processos judiciais e Sudene	67.801
Total	44.330.749

(1) Referem-se a valores de seguros contratados para garantir a continuidade da discussão de processos judiciais (nota 19).

(2) Inclui a contratação de garantias decorrentes do Acordo de Autocomposição para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC, concluído em 2025.

34. OUTROS ASSUNTOS

34.a. Riscos Ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se a Companhia ou seus parceiros de negócio não conseguirem cumprir requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000, cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

As mudanças climáticas representam uma série de riscos sistêmicos (ambientais, financeiros e socioeconômicos) potenciais para operadoras de telecomunicações, como a Companhia, tanto do ponto de vista regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos, como: tempestades, ciclones, inundações, queimadas e ondas de calor podem danificar, suspender ou interromper as operações de transmissão da Companhia por um período indeterminado. Caso ocorra uma sucessão de eventos climáticos extremos, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais dos equipamentos de rede da Companhia, podendo provocar falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumentar a probabilidade de interrupções do serviço, gerando riscos reputacionais e financeiros. Por esse motivo, é essencial o resfriamento dos equipamentos para garantir a operação adequada da Companhia. Em casos mais graves, o risco de incêndios também pode se elevar. Como resultado, o aquecimento global, pode aumentar nossas demandas por refrigeração e uso de energia, elevando nossos custos operacionais.

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é dependente do consumo de eletricidade para suas redes, de modo que, variações nos preços da eletricidade são sensíveis ao setor, podendo ter um impacto significativo nas despesas operacionais da Companhia relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo, no horizonte de 2030.

Notas Explicativas

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia realiza diagnósticos sobre os riscos físicos e de transição, promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável e geração distribuída de energia, além de ter uma área de Resiliência Corporativa, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation ("GBC")*, que é responsável por garantir que a empresa esteja preparada para enfrentar imprevistos, minimizar impactos e manter a continuidade das operações em situações adversas.

34.b. Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 11.129/2022, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários, mais especificamente ao *US Foreign Corrupt Practice Act – FCPA* de 1977.

Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação e outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para prevenir, detectar e remediar o descumprimento dessas legislações por conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia e desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu Programa de *Compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança robusta que garanta uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

Como resultado do compromisso em manter um robusto Programa de Compliance, desde 2020 a Companhia obtém anualmente a certificação DSC 10.000, atualmente válida até 12 de dezembro de 2026. Em 2023, foi reconhecida como empresa Pro-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União ("CGU") e do Instituto Ethos para fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas e, assim, reconhecer as que se mostram comprometidas em implementar ações voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. Em 2024, recebeu o prêmio de melhor departamento de Compliance no setor Telecom e Tecnologia pelo *Leaders League Compliance Summit & Awards Brasil*, e em 2025 foi destacada como "Programa de Compliance do Ano".

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.a. Crédito de Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião realizada em 15 de abril de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a declaração de juros sobre o capital próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R\$365.000, equivalente a R\$0,11421932485 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 17,5%, resultando no montante líquido de R\$301.125, equivalente a R\$0,09423094300 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2026. O valor líquido por ação, considera a alíquota padrão de 17,5%, podendo sofrer alterações em razão de tratados internacionais, imunidades e isenções tributárias, países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2027.

O pagamento destes proventos será realizado até 30 de abril de 2027, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia, sendo creditados individualmente a cada acionista, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2026. Após esta data as ações serão consideradas "ex -juros".

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três meses findo nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três meses findo nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações para o período de três meses findo nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para o período de três meses findo nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Rodrigo Rossi Monari
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas na minuta do relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2026, sem ressalvas, o qual será assinado, sem alterações, após a aprovação do ITR pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Rodrigo Rossi Monari
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores